

Quil *ts* *W*

ATA

N.º 04/2026

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

**Realizada em
28 de abril de 2026**



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026:**

---Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e seis, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, em Esposende, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de Alberto Queiroga Figueiredo, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal.-----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, Carlos Jorge Enes Capitão de Abreu e Tânia Sofia Lima da Mota.-----

---Para além dos membros da Mesa encontravam-se presentes os seguintes membros:-----

Duarte de Boaventura Barbosa, em substituição de António Benjamim da Costa Pereira,
Sara Filipa Gonçalves Herdeiro,
Francisco Manuel Guimarães de Melo,
António José Pereira Morgado,
Elvira Maria Cubelo Moraes,
Maria Gabriela Maranhão Abreu,
João Paulo Peixoto Torres,
Rita Jorge Holbeche Tinoco de Faria,
João Pedro da Costa Laranjeira,
André Lima de Carvalho,
Elsa Isabel Gonçalves Fernandes,
Olga Cristina Moura Dias,
Dinis Cunha Ferreira,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
Maria Alexandra Lage Sousa,
António Mateus Ribeiro Torres,
Sandra Patrícia de Sá Gomes,
Elisabete Ferreira Martins Santos,
Manuel José Sampaio Viana,
Manuel Correia da Vinha,
Manuel Filipe Marques Moreira,
Filipe Manuel Fonseca Marques,
José Miguel Gonçalves de Sousa,
Valdemar Mota de Faria,
Vitor Manuel Queirós Quintão,
Carlos Manuel Gonçalves Vilas Boas,
Jorge Humberto de Sousa e Silva,
Carlos Manuel Sampaio Brás Lima,
Carlos Manuel Calheiros de Almeida,
Fernando Gabriel Neves da Cruz,
Rui Manuel da Ponte Gonçalves, e
Óscar Fernando Monteiro Torre da Silva.

H. C.

---Sendo 21 horas e 05 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel Pires Martins da Silva, em representação desta, bem como dos Vereadores:

Aurélio Mariz Neiva,
Octávio Dimas Fernandes Eiras,
Paula Cristina Fonseca de Abreu Cepa,
Fátima Heloísa Pereira Escrivães,
Marina Luísa Carneiro Garcia Cardoso.-----

---Verificou-se, entretanto, a ausência da Senhora Vereadora Maria Alexandra Campos Esteves Faria de Vilar.-----

---Não compareceu inicialmente o Senhor Deputado Municipal Francisco Manuel Guimarães de Melo, tendo chegado pelas 21 horas e 10 minutos.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia começou por saudar e agradecer a presença de todos quantos se encontravam naquela assembleia, dando também as boas vindas aos novos deputados que estavam presentes uns em substituição, outros por inerência própria, passando de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.-----

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

01.01 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2026 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e seis de fevereiro de 2026 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos:-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2026.-----

Não participaram na votação os senhores deputados municipais Duarte de Boaventura Barbosa, Dinis Cunha Ferreira e Elisabete Ferreira Martins Santos, ao abrigo do impedimento legal previsto no nº 3 do artigo 34º do CPA, por não terem estado presentes na sessão de 26 de fevereiro de 2026.-----

Não participou igualmente na discussão e votação do presente assunto o senhor deputado Francisco Manuel Guimarães de Melo, por não se encontrar presente na sessão, no momento da votação do presente assunto.-----

01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO.-----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste



momento referido que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

01.03 – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA.-----

Interveio o Sr. Deputado Municipal, João Paulo Torres, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo apresentado 3 Recomendações:

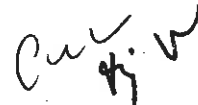
*“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores,
Senhores Deputados Municipais,
Senhores Presidentes de Junta,
Público aqui presente e ausente, que nos acompanha à distância,*

Vou passar a apresentar três Recomendações já de seguida:

1 - RECOMENDAÇÃO “PELA TRANSPARÊNCIA NO PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE E SALVAGUARDA DO ATENDIMENTO AOS UTENTES”.-----

“Considerando que:

- 1. O atual Executivo tomou a decisão política de desistir da construção do Novo Centro de Saúde, um projeto estruturante para o concelho, preparado para responder às necessidades presentes e futuras da população;*
- 2. Este projeto tinha associado um financiamento de cerca de 6 milhões de euros do PRR, já garantido no anterior mandato liderado pelo PSD, constituindo uma oportunidade histórica para dotar Esposende de um equipamento de saúde moderno, digno e preparado para as próximas décadas;*
- 3. Com esta decisão, Esposende perdeu definitivamente esse financiamento europeu, substituindo um investimento novo e estruturante por uma intervenção de requalificação do atual edifício, orçada em cerca de 3 milhões de euros;*
- 4. Não somos contra a melhoria das condições de atendimento dos utentes, mas estamos naturalmente contra uma solução curta, mais limitada e que será certamente paga com maior esforço municipal. Consideramos um "remendo" dispendioso, sem visão estratégica de longo prazo e incapaz de responder devidamente ao crescimento populacional, ao envelhecimento da população e às futuras necessidades de saúde do concelho;*
- 5. Esta opção implica o encerramento do edifício atual e a transferência dos cuidados de saúde para instalações provisórias em salões paroquiais, locais que apresentam graves dúvidas quanto à adequação para fins clínicos e acessibilidade dos utentes;*
- 6. Esta deslocalização além dos elevados custos que acarreta ao município, impõe um sacrifício enorme à população, em especial aos utentes mais idosos, carenciados,*



doentes crónicos e com mobilidade reduzida, que terá de se deslocar para locais fora do centro e sem rede de transportes públicos adequada e sem que seja conhecida qualquer solução alternativa eficaz;

- 7. Apesar de questionado várias vezes pelo PSD, quer nas reuniões de câmara, quer publicamente, o Executivo não esclareceu até ao momento os custos totais da operação (obras de adaptação e posterior reposição dos salões e transporte de doentes), a origem do financiamento, nem apresentou as autorizações da Entidade reguladora da Saúde (ERS) para o uso clínico daqueles espaços, como é exigido nos termos da lei;*
- 8. O PSD entende que nenhum esposendense pode ficar privado de acesso a cuidados de saúde por falta de transporte, por ausência de planeamento ou por decisões políticas mal avaliadas;*
- 9. Se o Executivo Municipal escolheu esta solução, então deve assumir integralmente todas as suas consequências perante os esposendenses.*

Nestes termos, na sessão da Assembleia Municipal de Esposende de 28 de abril de 2026, o Grupo Político do PSD recomenda ao Executivo Municipal que:

- 1. Divulgue publicamente e com total transparência, no prazo de 10 dias, o plano detalhado de toda a operação, incluindo prazos, custos totais de adaptação e reposição das instalações provisórias e o parecer favorável da Entidade Reguladora da Saúde (ERS);***
- 2. Garanta e financie um Plano de Transporte Gratuito Porta-a-Porta nas juntas de freguesias para todos os utentes com mobilidade reduzida ou sem meios de transporte próprios, enquanto durarem as obras, assegurando que nenhum esposendense fica sem acesso a cuidados de saúde por falta de transporte;***
- 3. Apresente o plano de financiamento detalhado para a obra de 3 milhões de euros, clarificando que verbas serão sacrificadas no orçamento municipal para cobrir o erro de ter perdido os 6 milhões de euros do PRR.***-----

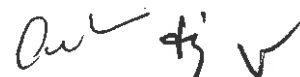
2 - RECOMENDAÇÃO “PARA QUE OS PAIS DE CRIANÇAS E JOVENS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS PASSEM A TER ACESSO GRATUITO ÀS PISCINAS”-----

“- a 31 de dezembro de 2025, a página das Piscinas Foz do Cávado dava nota que “No que respeita à obra de requalificação em curso nas Piscinas da Foz do Cávado, queremos também deixar uma nota de esclarecimento, informando que a sua conclusão sofreu alguns constrangimentos decorrentes de diversas contingências alheias à nossa capacidade de resolução, nomeadamente as condições meteorológicas adversas que se fizeram sentir nos últimos meses.

- a 6 de fevereiro de 2026 reiterava que “Não obstante o planeamento inicialmente definido, os trabalhos têm registado um atraso significativo, motivado por condições meteorológicas adversas que têm condicionado a execução normal da empreitada, situação totalmente alheia à nossa vontade e capacidade de intervenção.”

- a 19 do mesmo mês “Depois de tantos dias cinzentos, o céu abre enfim uma luz. Os dias de sol darão início à retoma dos trabalhos na primeira de três fases de uma obra estruturante.”

- a 2 de abril o discurso muda a pretexto de um anúncio de empreitada de melhoramento da eficiência energética - para o efeito já prevista pelo anterior executivo, vem-se agora dizer que “o atual Executivo encontrou a obra interrompida e o edifício sem cobertura, circunstância



que, aliada às condições meteorológicas adversas, agravou o estado de degradação da infraestrutura."

- não é uma postura que nos surpreenda mas ainda assim se traduz numa estratégia de comunicação institucional que cremos, deva ser revista.

- Apesar de tudo, porque acreditamos efectivamente nos constrangimentos de empreitadas desta envergadura, seremos pacientes e solidários com a calendarização que tecnicamente se imponha.

- **Cientes de que a breve prazo o equipamento vai reabrir em pleno funcionamento, nesta sessão da Assembleia Municipal de Esposende de 28 de abril de 2026, o Grupo Político do PSD recomenda ao Executivo Municipal que:**

- os pais de crianças e jovens com necessidades educativas especiais passem a ter acesso gratuito às piscinas municipais.
- Estamos certos que é uma medida sem expressão financeira, sendo facilmente identificáveis os seus destinatários, e que a medida permitirá ora propiciar um pequeno momento de lazer aos destinatários, ora permitir um reforço de terapias às crianças e jovens que têm nos seus pais o pilar essencial dos seus dias."-----

3 - RECOMENDAÇÃO "PARA QUE O EXECUTIVO MUNICIPAL ESTABELEÇA JUNTO DA ESPOSENDE 2000, E.M., PELO MEIO QUE ENTENDER MAIS ADEQUADO, UM PROTOCOLO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE FÉRIAS DESPORTIVAS A CRIANÇAS E JOVENS ORIUNDOS DE AGREGADOS COM MAIOR CARÊNCIA ECONÓMICA".-----

"Aproxima-se o final do Ano Lectivo e, na expectativa de que à semelhança dos anos anteriores a Esposende2000 leve a cabo o programa "Férias Desportivas", uma actividade que apesar de ter um custo que reconhecemos adequado, não é acessível a todos os agregados familiares.

O Grupo Político do PSD, nesta sessão da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2026, recomenda ao Executivo Municipal que:

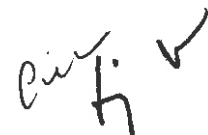
- **junto da Esposende2000, E.M, estabeleça - pelo meio que entender mais adequado - um protocolo de atribuição de bolsas de férias desportivas a crianças e jovens oriundos de agregados com maior carência económica.**

Estamos conscientes que nunca poderão ser muitas as potenciais bolsas, de modo a não colocar em causa a sustentabilidade do projecto, mas que as que se tornarem possíveis serão um bom ponto de partida.

E porque não, além desta recomendação, deixar desde já o desafio para que o "Cheque Educação" possa ser também aplicado no próximo ano numa inscrição nesta actividade."---

Intervieio a Sr.ª Deputada Municipal, Elsa Fernandes, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo referido:

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa,
Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados Municipais,



Senhores Presidentes de Junta,
Restante Público,

Vimos apresentar uma Recomendação:

4 - RECOMENDAÇÃO “PELA INSTALAÇÃO DOS RELVADOS SINTÉTICOS NOS CAMPOS DE JOGOS DO CLUBE DESPORTIVO RECREATIVO DO ESTRELAS DO FARO E DO GANDRA FUTEBOL CLUBE”.

“Ao longo dos mandatos em que liderou o executivo camarário, o PSD evidenciou sempre uma real preocupação com a prática desportiva e o seu desenvolvimento no concelho de Esposende. Através da implementação de políticas de apoio à prática desportiva, quer diretamente aos atletas e aos clubes desportivos - por via dos acordos de execução, quer na melhoria de instalações existentes e na construção de novos equipamentos desportivos, os executivos liderados pelo PSD sempre encararam o desporto como sendo um dos eixos fundamentais no apoio à formação dos nossos jovens e no prestígio que os resultados desportivos alcançados pelos nossos atletas aporta ao município e à marca "Esposende" como território de excelência para a prática desportiva.

Nesse pressuposto, e falando apenas dos clubes de futebol, entre outros apoios, o PSD através dos executivos que liderou, financiou:

- A requalificação do campo de jogos do Grupo Desportivo de Apúlia, tendo adquirido terrenos, instalado um relvado sintético e iluminação LED;
- A requalificação do campo de jogos do Antas FC, nele instalando um relvado sintético e iluminação LED;
- A requalificação e melhoria do campo de jogos do Forjães Sport Clube, instalando um relvado sintético, iluminação LED e equipado o ring com relva sintética;
- A substituição do relvado sintético do FC de Marinhãs e a instalação de iluminação LED;
- A instalação de um relvado sintético no campo de jogos da AD Esposende e instalação de iluminação LED;
- A requalificação da zona envolvente do campo de jogos da União Desportiva de Vila Chã e apoio para a manutenção do relvado natural;
- Instalação de iluminação LED no campo de jogos do Gandra FC;
- E muitos outros apoios de valor mais reduzido distribuídos por todos os clubes para assim os ajudar na sua missão, que além da competição, passa pelo apoio às famílias na formação dos nossos jovens.

Considerando tudo isto, e face ao crescimento que a prática desportiva registou no nosso concelho, quer em termos do número de praticantes, quer em termos do número de modalidades diferentes, o PSD, numa lógica de equidade de oportunidade e de equilíbrio territorial em termos de equipamentos desportivos, comprometeu-se com o clube Desportivo Recreativo do Estrelas do Faro, em reunião ocorrida no verão de 2025, a apoiar o clube em 2025 com a instalação de iluminação LED e em 2026, com a instalação de um relvado sintético, sendo esta uma prioridade caso o PSD vencesse as eleições.

De igual modo comprometeu-se com o Gandra FC a resolver os problemas com as suas instalações e também definir como prioridade para 2026 a situação do relvado sintético que tanto reivindicam. Pela mão do PSD, a instalação da iluminação, nos dois Campos de jogos já



foram concretizadas. Os relvados sintéticos continuam em espera.

Por tudo isto, por ser uma necessidade urgente e pelo excelente trabalho formativo que os clubes de futebol de Palmeira de Faro e Gandra estão a desenvolver, **na reunião da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2026, o Grupo Político do PSD exorta o executivo municipal para que, JÁ no ano de 2026, atenda a estas reivindicações e recomenda que proceda à instalação dos relvados Sintéticos nos campos de jogos dos dois clubes.**-----

Interveio depois o Sr. Deputado Municipal, António Torres, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo referido:

*“Ex.mo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa,
Ex.mo. Senhor Presidente da Câmara e restante Vereação,
Caros colegas Deputados Municipais,
Senhores Presidentes de Junta e
todos aqueles que nos assistem,*

O PSD vem hoje aqui apresentar uma Recomendação:

5 - RECOMENDAÇÃO “PELA CONTINUIDADE E URGÊNCIA DO PROJETO DE NAVEGABILIDADE DA FOZ DO CÁVADO, PROTEÇÃO DA RESTINGA E DA BARRA”.-----

“Considerando que:

- 1. A navegabilidade da Barra de Esposende e a fragilidade da restinga constituem problemas estruturais que, há décadas, condicionam a economia do mar e colocam em risco a segurança e a vida dos nossos pescadores;*
- 2. O executivo liderado pelo PSD apresentou em fevereiro de 2022 o estudo de caracterização de riscos e programa de intervenção para a proteção da restinga de Ofir e barra do Cávado, realizado pelo Instituto de Hidráulica e Recursos Hídricos (IHRH), da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), com a colaboração da Universidade do Minho;*
- 3. Um estudo que colheu a aceitação de uma larga maioria dos esposendenses, nomeadamente aqui, nesta Assembleia municipal através das moções e propostas apresentadas para a sua implementação;*
- 4. Ao longo dos últimos anos o PSD levou a cabo todo um conjunto de iniciativas de reivindicação e sensibilização junto da tutela e da Assembleia da República, para que de uma vez por todas, se olhasse para a realidade da restinga e da barra do Cávado como sendo um problema sério, pedindo-se aos governantes vontade política para se resolver o problema;*
- 5. Em julho de 2025, fruto de toda essa insistência, o anterior executivo liderado pelo PSD deu um passo importante e alcançou um compromisso histórico após reuniões decisivas com a tutela (nomeadamente com as Secretarias de Estado do Ambiente e do Mar) e a Agência Portuguesa do Ambiente (APA);*
- 6. Desse compromisso resultou uma estratégia clara: a implementação do estudo realizado pelo município através da divisão da intervenção por fases, sendo a primeira o fortalecimento e estabilização da restinga, fundamental para a proteção da costa e da*

Cw h v

própria cidade;

- 7. O Município de Esposende assumiu, nesse acordo, a responsabilidade de suportar os meios técnicos para o desenvolvimento do projeto de execução, enquanto a APA se comprometeu a submeter a obra a concurso através de avisos de financiamento específicos previstos até ao final do ano;*
- 8. O PSD, enquanto executivo, fez a sua parte no acordo firmado;*
- 9. O setor da pesca e as inúmeras famílias que dependem da economia do mar não podem ser vítimas de alternâncias políticas ou de preconceitos partidários que paralise soluções urgentes;*
- 10. A resolução do problema da Barra ultrapassa questões de partido - é uma questão de proteção civil, de sobrevivência económica e de afirmação de Esposende como território que valoriza o seu património natural e humano.*

Nestes termos, na sessão da Assembleia Municipal de Esposende, reunida a 28 de abril de 2026, o Grupo Político do PSD recomenda ao Executivo Municipal que:

- 1. Não desista nem relegue para segundo plano o projeto de resolução da navegabilidade da foz do Cávado e de estabilização da restinga iniciado pelo anterior executivo;***
- 2. Dê continuidade imediata ao desenvolvimento dos meios técnicos e projetos de execução que ficaram acordados com as secretarias do Estado do Mar e do Ambiente e a APA, garantindo que os prazos de submissão a fundos comunitários ou avisos específicos não sejam perdidos por inércia do município;***
- 3. Mantenha uma postura de exigência e diálogo constante junto da tutela e do Governo Central, assumindo este projeto como uma prioridade absoluta do concelho, independentemente da sua autoria original.”-----***

Intervio de seguida o Sr. Deputado Municipal, António José Morgado, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo feito a seguinte intervenção política:

*“Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados Municipais,
Senhores Presidentes de Junta,
Público presente,
Pessoas que nos acompanham a partir de casa.*

Passaram quase seis meses desde o início deste novo ciclo autárquico em Esposende. Para alguns, pode parecer pouco tempo; para nós, é o equivalente a um oitavo de todo o mandato. É tempo mais do que suficiente para que as promessas de mudança começassem a ganhar forma.

Tempo suficiente para que a ambição eleitoral, muitas vezes tingida de populismo, se traduzisse num rumo estratégico.

Mas o que é que estes seis meses revelaram?

Revelaram um executivo sem marca própria. Um executivo sem impulso transformador e, acima de tudo, sem uma visão clara para o futuro do nosso concelho.

Hoje, vivemos uma situação insólita em Esposende: temos um executivo do qual não sabemos quem detém verdadeiramente o leme. A pergunta ecoa nas ruas e nas hostes da Mudança, e



hoje trago-a a esta Assembleia: Quem lidera verdadeiramente o destino de Esposende? É o Senhor Presidente da Câmara ou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal?

Esta dúvida instalada é paralisante. E enquanto se definem protagonismos nos gabinetes, os esposendenses ficam à espera de saber que projeto existe, afinal, para o território.

Senhoras e Senhores Deputados,

O que temos hoje é um executivo de contradições gritantes.

Primeiro, a contradição do discurso. Na apresentação dos documentos provisionais e grandes opções do plano e orçamento, escreveram, falaram e prometeram como fizeram em campanha eleitoral, o saneamento universal no concelho; falaram de metro, falaram de linha férrea.

E agora?

Agora, com uma desfaçatez que nos surpreende, vêm dizer que é mentira, como tem dito o Sr. Presidente da Câmara, e que nunca prometeram nada disso!

Pergunto: os esposendenses leram mal os vossos programas eleitorais ou são vocês que sofrem de amnésia política seletiva?

Depois, assistimos a uma política destrutiva. Estão a deitar ao caixote do lixo projetos que estavam financiados, que eram estruturantes e verdadeiramente transformadores. E fazem-no porquê? Por interesse público?

Não. Fazem-no apenas e só porque esses projetos carregam a marca do PSD.

Aconteceu com o Centro de Saúde, com a Residência, com a Casa Manuel Boaventura, com as pavimentações...

É o revanchismo a sobrepor-se ao desenvolvimento. É preferir que o concelho perca, desde que o PSD não ganhe o mérito.

E como justificam esta paralisia? Com a desinformação. Mentem constantemente sobre a saúde financeira do município e sobre a gestão anterior para dissimular a sua própria incapacidade.

É irónico, para não dizer vergonhoso, que critiquem o passado quando Vossas Excelências — sim, muitos de vós — quer no executivo quer nesta Assembleia, faziam parte desse mesmo passado, ocupando funções de relevo. Estavam lá, assinaram, votaram e aplaudiram.

Sr. Presidente, escusado será manter o discurso de respostas à bancada do PSD como se esta tivesse que responder pelo passado de que o Sr. quer fugir. O passado que ali estava - e onde o Sr. também estava - é hoje o seu presente. Ao invés, no PSD de hoje não está o passado e está o futuro.

A vossa crítica hoje é a vossa confissão de hipocrisia amanhã.

Mas a propaganda, essa, não para.

Sem nada de novo para apresentar, limitam-se a executar outros projetos que o PSD deixou pronto. E fazem-no com pompa e circunstância, como se a ideia fosse vossa!

Sem humildade de reconhecer o bom que foi deixado pelo PSD.

Falo da ampliação da rede de saneamento, da Casa da Juventude, dos passadiços de Apúlia, do Museu Municipal, das Piscinas, do Forte de S. João Baptista, do Parque da Cidade, da Estratégia de Habitação, mas também de todos os projetos sociais, educativos, desportivos e culturais que acabam por replicar.... Enfim, a lista é infínita.

O que este executivo está a fazer, é viver dos rendimentos de uma herança que teimam em criticar, mas da qual não conseguem desmamar porque não têm ideias próprias para oferecer a este concelho. Não tem projeto e limita-se ao imediatismo e ao pagamento de favores e promessas eleitorais populistas.

Senhoras e senhores deputados municipais,



Esposende não pode viver apenas da administração do dia-a-dia. Não pode ser um concelho que apenas "navega à vista". Precisamos de orientação estratégica. Precisamos de fixar jovens, de valorizar as freguesias — todas, e não apenas algumas, e de fortalecer as nossas instituições.

O PSD tem uma responsabilidade acrescida neste debate. Fomos nós que modernizámos este concelho. Esse legado honra-nos, mas sabemos que o passado não nos garante o futuro.

Hoje, mais uma vez apresentamos um saldo de gestão positivo e uma situação financeira do município estável. O que por si só nos satisfaz, mas não nos preenche. Porque, não fossem os últimos meses do ano, e estaríamos a falar de uma execução orçamental bem diferente.

Nunca aumentamos impostos! Soubemos sempre implementar as políticas certas que nos garantisse o cumprimento dos nossos compromissos. Fomos sempre ambiciosos e nunca viramos a cara ao investimento estruturante, mesmo quando os prazos eram apertados, como acontece com os projetos financiados do PRR.

Deixamos pronto a iniciar todo um conjunto de projetos, materiais e imateriais, e outros tantos em fase de concurso ou elaboração. A lista é infindável.

E o que este executivo tem feito é uma política imediatista, de pagamento de favores, pouco ambiciosa e assente numa premissa errada e mentirosa. É falso que a gestão do PSD tenha deixado um buraco financeiro. Hoje o superavit do exercício anterior de 4,2 milhões, fala por si.

Não só deixamos dinheiro no banco, impostos nos mínimos e financiamento a fundos perdidos garantidos, como deixamos projetos prontos a iniciar e em fase de execução.

E por isso, não aceitamos que "a boca pequena" ou dentro dos gabinetes, a pretexto de uma vontade de Mudança que nunca existiu, membros deste executivo e outros responsáveis autárquicos, ponham em causa a seriedade e compromisso de quem nos últimos anos geriu os destinos deste concelho.

Não se esqueçam: o PSD de hoje tem um legado a defender, mas não tem responsabilidades das decisões do passado. Já muitos dos membros deste executivo têm responsabilidades da gestão do passado e todos têm responsabilidade na gestão atual e futura.

Nas últimas eleições autárquicas, ouvimos a mensagem clara que os esposendenses deixaram a todos: eles exigem mais proximidade, mais escuta e menos arrogância.

E por isso o nosso compromisso é real, sem populismos e sem falsas promessas de "metros" ou "saneamento universal" que depois dizem não existir, porque sabem que não é possível concretizar.

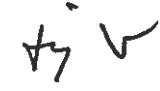
Termino Sr. Presidente,

Dizendo ainda, que a mudança anunciada por este executivo, até agora, é apenas uma mudança de nomes nas placas. Falta a visão. Falta a liderança. E onde falta liderança, o território estagna. O PSD não permitirá que o concelho fique parado enquanto este executivo decide quem manda mais. Estamos aqui pelo futuro de Esposende.

Ao executivo cabe governar e resolver todos os problemas do município, do passado e do futuro. A nós, compete-nos, de forma construtiva, fiscalizar, escrutinar e contribuir com trabalho. É isso que faremos, com respeito pelas instituições, com sentido de responsabilidade, com lealdade para com Esposende e com a frontalidade necessária para defender o interesse do nosso concelho.

Obrigado!"-----

Intervio depois a Senhora Deputada Municipal, Rita Tinoco Faria, do Partido Socialista, tendo

referido:

*“Boa noite a todos e a todas,
Exmos. Senhores Presidentes
da Assembleia Municipal,
da Câmara Municipal,
Demais presentes,*

Começo por fazer também uma Recomendação:

6 - RECOMENDAÇÃO “A PROPÓSITO DAS OBRAS NO ATUAL CENTRO DE SAÚDE DE ESPOSENDE”.-----

“É hoje evidente que o atual executivo abandonou a construção de um novo centro de saúde de raiz, financiado pelo PRR. Em alternativa, optou por canalizar esses fundos para a chamada “requalificação” da atual Unidade de Saúde, decisão que o Senhor Presidente classificou como mais eficiente e sustentável.

O Grupo do Partido Socialista entende, porém, que nem sempre o caminho aparentemente mais simples é o mais acertado. E, neste caso, tudo indica que esta opção pode revelar-se, a médio prazo, profundamente prejudicial para o concelho.

Desde logo, está por demonstrar a solidez técnica do projeto. Não houve qualquer apresentação pública. Não foram divulgadas plantas, memórias descritivas ou soluções concretas. O que existe são apenas conceitos vagos como “modernização” ou “conforto”. Também não há notícia pública do lançamento do concurso para a adjudicação da obra.

Também causa preocupação a forma apressada como os serviços estão a ser deslocalizados para Mar e Palmeira de Faro, sem garantias claras de que os espaços de acolhimento reúnem condições adequadas para a prestação de cuidados de saúde, sem assegurar transportes públicos acessíveis e sem qualquer previsão transparente sobre a duração desta situação transitória.

Poderíamos discutir a opção política de abdicar de um novo centro de saúde, num concelho já penalizado pelos sucessivos atrasos na construção do Hospital de Barcelos. Mas não é esse o ponto central que hoje aqui trazemos.

O que nos preocupa, de forma particularmente grave e urgente, é a incerteza jurídica que envolve o terreno e o edifício do atual centro de saúde — uma situação que remonta a 1990 e que permanece por esclarecer.

Estamos perante um verdadeiro imbróglio jurídico, agravado pelo desaparecimento de documentos essenciais que deveriam constar em arquivo. Os elementos disponíveis indicam que a propriedade do imóvel não está definitivamente consolidada na esfera do município. Pelo contrário, existem fortes indícios de que o terreno terá sido cedido pela Santa Casa da Misericórdia de Esposende, mantendo esta direitos que podem ser reivindicados a qualquer momento ou a troco de contrapartidas financeiras cujo valor se desconhece.

Importa sublinhar: usou-se, em 2023, uma medida chamada de “justificação administrativa” que regista o edifício do centro de saúde como sendo da câmara, mas este esquema legal excecional (não vos pretendo maçar com o juridiquês) não equivale a uma garantia plena de propriedade. E múltiplos registos, notícias e declarações ao longo dos anos reforçam a ideia de que esta situação está longe de estar juridicamente pacificada. Aliás, em reunião recente



com deputadas nacionais do PS, o presidente da Câmara reconheceu precisamente existirem problemas com a titularidade do terreno.

Isto significa que o município está a investir cerca de 3 milhões de euros num imóvel cuja titularidade pode vir a ser judicialmente contestada. O risco é claro: perder o investimento, enfrentar custos judiciais elevados e, no limite, indemnizações significativas — tudo à custa do erário público.

E, mais grave ainda, deixar os munícipes em piores condições de acesso à saúde do que aquelas que poderiam ter resultado de uma solução devidamente planeada, transparente e segura.

O Partido Socialista de Esposende tem na sua posse um dossier sobre esta matéria que pode disponibilizar para consulta. Ainda assim, há lacunas preocupantes, nomeadamente: o desaparecimento do contrato-programa de 1990 entre o Ministério da Saúde, a Câmara e a Sta. casa da Misericórdia de Esposende; e o desaparecimento do livro de atas da mesa administrativa da Sta. Casa de 1988-1993

Pelo contrário, existem diversas notícias públicas que referem a cedência do terreno da Sta. Casa à câmara e, por exemplo em 2023 e 2024, asseguram que a instituição irá receber de volta o edifício do centro de saúde para aumento das suas instalações,

Perante este cenário, o PS recomenda que a Assembleia Municipal inste a Câmara a obter, com carácter de urgência, um parecer jurídico rigoroso e independente sobre a propriedade do terreno e do edifício do atual centro de saúde, já que há indícios de que é matéria controvertida e ambos – Câmara e Sta. Casa da Misericórdia de Esposende – se arrogam a propriedade do mesmo.

Mais se recomenda que esse parecer seja solicitado à CCDR-N, entidade com competências técnicas e independência institucional para o efeito.

Não esclarecer esta situação é manter o município sob uma autêntica espada de Dâmocles. A qualquer momento, uma decisão judicial pode comprometer todo este processo, com consequências financeiras graves e impacto direto na vida dos esposendenses. O direito à saúde exige decisões responsáveis, fundamentadas e seguras — não opções apressadas, mal esclarecidas e de risco elevado.

Pelo exposto, se pede deliberação dos membros da Assembleia Municipal à proposta de recomendação apresentada.”-----

Passo agora à minha intervenção política.

Antes de mais, congratular-me pelo facto de termos a primeira sessão online desta Assembleia Municipal, depois de várias reivindicações do Partido Socialista neste sentido. Portanto, é um dia feliz para a democracia e para a transparência.

Na anterior reunião desta assembleia, o Sr. Presidente de Câmara informou que o PDM, cujo processo de revisão terá sofrido atrasos sucessivos no executivo do PSD, tem que ser entregue em 20 de junho deste ano. Aparte esta informação e a eleição do Sr. Presidente da Assembleia como representante deste órgão no processo, os esposendenses têm sido perfeitamente afastados de informações acerca de revisão do PDM.

O PDM é um instrumento de gestão territorial absolutamente fundamental para o desenvolvimento do concelho nas próximas décadas. O que se venha a decidir agora vai determinar a capacitação do nosso território com infraestruturas essenciais como vias de comunicação ou parques habitacionais; vai determinar as valências económicas e produtivas

Quê tã v

que aqui se concentrem (fábricas, armazéns, zonas industriais), vai designar áreas de lazer, cultura e desporto e de preservação da natureza, vai contribuir para a coesão territorial e solidariedade social.

Não augura nada de bom quando um processo tão relevante como este, onde existem muitos interesses económicos em jogo, é mantido opaco e oculto do olhar público.

Peço diretamente que se informem os deputados e o público sobre o seguinte:

- 1. quem compõe toda a equipa de trabalho que tem estado a debruçar-se sobre o PDM e quais são as suas competências para o assunto?*
- 2. quais são as principais opções de ordenamento que este executivo pretende lá inscrever?*
- 3. quais são os calendários definitivos do processo de aprovação da atualização do PDM, nomeadamente o prazo para discussão pública?*
- 4. está prevista a inscrição de áreas afetas a projetos de metro ou comboio? Onde irão ser?*

O PS lança o desafio ao Sr. Presidente da Câmara para se comprometer a fazer, logo no início da discussão pública prevista por lei:

- (i) apresentação pública e detalhada de todas as cartas obrigatórias do PDM; e*
- (ii) sessões públicas de apresentação e esclarecimento técnico sobre o PDM em cada uma das freguesias, com presença dos responsáveis competentes, em horário pós-laboral e que permitam aos fregueses um debate sério e a oferta de propostas que sejam apreciadas e consideradas na versão final daquele instrumento.*

Muito obrigada!”-----

Interveio depois o Sr. Deputado Municipal, André Carvalho, do CHEGA, tendo feito a seguinte intervenção política:

*“Senhor Presidente da Assembleia e restante Mesa,
Senhor Presidente da Câmara e restante Vereação,
Senhoras e senhores Deputados Municipais,
Senhores Presidentes de Junta de Freguesia,
Estimado Público presente,*

Quero começar por deixar uma breve nota para assinalar as recentes eleições internas da concelhia do PSD em Esposende. Nesse sentido, quero parabenizar todas as candidaturas que se apresentaram a esse ato eleitoral e, em especial, a lista vencedora e o atual Presidente da concelhia do PSD, António Morgado, desejando-lhe um mandato de trabalho em prol do concelho e do bem-estar dos esposendenses.

Posto isto,

Quero abordar uma matéria da maior importância para o nosso concelho: a situação do Centro de Saúde de Esposende.

Em primeiro lugar, continuam a surgir várias interpretações — e importa dizer, alguma confusão — relativamente ao enquadramento legal e patrimonial do atual edifício.

Fala-se de diferentes possibilidades:

- propriedade municipal,*
- propriedade do Estado / Serviço Nacional de Saúde,*
- ou até ligação à Santa Casa da Misericórdia.*

A questão é, por isso, direta: qual é o enquadramento jurídico do edifício onde funciona o atual centro de saúde?

Cu *ti* *v*

• *A quem pertence o imóvel?*

• *Em que termos funciona aquele espaço?*

Sem esta clareza, qualquer decisão de investimento público levanta dúvidas legítimas a todos os esposendenses.

Mas há uma segunda questão, ainda mais relevante do ponto de vista estratégico.

Estava prevista — e foi publicamente assumida — a construção de um novo centro de saúde para Esposende.

Agora, o executivo informa que, em vez dessa construção, irá avançar com a requalificação do edifício existente.

Esta mudança de rumo exige explicações.

Pergunto, por isso:

• *O projeto do novo centro de saúde foi abandonado definitivamente?*

• *Que garantias existem de que a requalificação responde às necessidades atuais e futuras da população?*

Estamos a falar de um equipamento que serve milhares de pessoas. Não é uma decisão de curto prazo — é uma decisão estrutural para as próximas décadas.

Importa também analisar esta opção do ponto de vista financeiro e funcional.

Sabemos que existia financiamento do PRR na ordem dos 6 milhões de euros para a construção de um novo centro de saúde. Por outro lado, a requalificação do edifício existente terá um custo superior a 3 milhões de euros.

Mas esta comparação não é linear.

Devem ser considerados os custos da deslocalização temporária dos serviços, bem como as limitações do edifício atual — desde logo ao nível do estacionamento, que é claramente insuficiente.

Pergunta-se, por isso, se essa componente será também intervencionada e se está incluída no custo total da obra.

No fundo, importa perceber se esta é, de facto, uma solução mais económica — ou apenas uma solução mais limitada que poderá sair mais cara no futuro.

O que está em causa não é apenas um edifício.

Está em causa:

- *o acesso a cuidados de saúde,*
- *a dignidade no atendimento,*
- *as condições de trabalho dos profissionais,*
- *e a capacidade de resposta do concelho.*

Termino com uma pergunta simples:

Estamos a preparar o futuro da saúde no concelho ou apenas a adiar um problema?

Muito obrigado.”-----

Por último, interveio o Sr. Deputado Municipal, Francisco Melo, do Grupo Político do Movimento Mudança por Todos, fazendo a intervenção que se segue:

“Exmos.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhoras e Senhores Vereadores,

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Quê tã

Senhores Presidentes de Junta,

Estimado público aqui presente e caros munícipes que nos seguem através da plataforma de transmissão,

O Movimento Mudança por Todos, vem pela presente, apresentar um Voto de Pesar.

7 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE IVONE MARIA MOREIRA SILVESTRE BAPTISTA DE MAGALHÃES.-----

“No passado dia 24 de abril, faleceu Ivone Baptista Magalhães, que exerceu funções de coordenação no Museu Municipal de Esposende durante cerca de 30 anos.

Ivone Magalhães destacou-se pelo seu profissionalismo, dedicação e sensibilidade no desempenho das suas funções, contribuindo de forma significativa para a valorização, salvaguarda e divulgação do património cultural do concelho.

Era uma prestigiada cidadã da sociedade civil Esposendense, colaborando com as suas instituições, entre outras, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Esposende, a cujos órgãos sociais pertencia.

Neste momento de dor, a assembleia municipal de Esposende, reunida em sessão ordinária de 28 de abril, apresenta as mais sentidas condolências à família, amigos, colegas de trabalho, e a todos quantos privaram com a Dra. Ivone Baptista Magalhães.”-----

Prosseguindo com a intervenção política,

Gostaríamos aqui de dizer que por feliz coincidência, escassos dias volvidos da comemoração de mais um aniversário do 25 de abril de 1974, e precisamente no ano em que se assinalam os 50 anos das primeiras eleições autárquicas em democracia, tem hoje lugar, na história da nossa jovem democracia local, a primeira transmissão das sessões da Assembleia Municipal de Esposende.

Um marco histórico que merece o nosso mais caloroso aplauso e regozijo.

Vale a pena recordar que o processo de transmissão das sessões da Assembleia Municipal de Esposende teve início no mandato anterior, impulsionado pelo então presidente da Assembleia Municipal, Carlos Silva.

Em 13 de fevereiro de 2023, a Assembleia Municipal, através da sua comissão permanente, criou um grupo de trabalho para a elaboração de Regulamento específico relativo à transmissão das sessões.

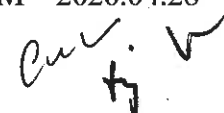
Em 30 de setembro de 2024, a Assembleia Municipal de Esposende aprovou a proposta de regulamento da transmissão áudio e vídeo em direto das suas reuniões.

O facto de, mais de ano e meio depois da aprovação da proposta de regulamento da transmissão, ocorrer, finalmente, a primeira emissão de uma sessão desta assembleia, diz muito dos desafios e amplas dificuldades que o processo encontrou e que, vale a pena dizer, só logrou chegar até esta derradeira fase, porque houve Mudança.

Os mais cétricos, que os há ainda aqui nesta assembleia, dirão que, no final do dia, as transmissões poucos ou muito poucos munícipes lograrão trazer às nossas assembleias.

À semelhança de um jovem treinador de futebol, que me proporcionou memórias muitos felizes, pergunto: e se corre bem?

A verdade, Senhoras e Senhores deputados, é que aquilo que nós, autarcas locais, pudermos



fazer para melhorar a participação e envolvimento dos nossos concidadãos na política local, então deveremos fazer.

A nós, autarcas locais, compete, à semelhança das boas práticas seguidas em tantos municípios do nosso país, proporcionar aos esposendenses a possibilidade de, a partir de suas casas ou outros locais, poderem assistir às nossas sessões.

Essa era a nossa tarefa, essa era a nossa responsabilidade, e, finalmente, cumpriu-se.

Na verdade, vale a pena notar que as democracias maduras e avançadas se reconhecem por, precisamente, irem melhorando os seus processos, no sentido de reforçar a participação dos seus eleitores.

É o caso recente, aqui em Portugal, do voto em mobilidade. Será, seguramente no futuro, o caso do voto eletrónico, e quem sabe, um dia mais tarde.

Esta assembleia dá, pois, hoje, com a transmissão das suas sessões, um decisivo contributo para a melhoria da qualidade da democracia local em Esposende, o que merece ser salientado.

Prosseguindo,

Gostaríamos de apresentar os nossos cumprimentos democráticos ao grupo político do PSD pela eleição da sua nova Comissão Política, presidida pelo nosso colega de bancada, António Morgado.

A atividade política local é hoje particularmente exigente.

Portugal continua a ser, infelizmente, um dos países mais centralistas da OCDE, com apenas 15% da despesa pública executada ao nível local ou regional, segundo dados de 2024.

Em Esposende, sabemos bem o que isso significa. Muitos apoios e intervenções estruturantes, em áreas decisivas como o ambiente, a economia ou o ordenamento do território, dependem largamente do poder central e tardam demasiadas vezes em concretizar-se.

Basta olhar para a situação da proteção da restinga de Ofir e da barra do Cávado. O estudo encomendado pelo anterior executivo ao Instituto de Hidráulica e Recursos Hídricos da FEUP, em colaboração com a Universidade do Minho, completou já quatro anos. Repito: quatro anos. E a intervenção técnica urgente continua por concretizar.

A consciência desta circunstância deve levar, pois, executivo e oposição, em matérias de clara relevância estratégica para o concelho, a concertarem esforços, em prol de uma pressão comum, assertiva, tendente a desbloquear impasses e alcançar resultados concretos.

É isso que os nossos concidadãos esperam de nós.

Os superiores interesses dos esposendenses não podem, nem devem ficar capturados por agendas internas, nem conveniências partidárias.

Senhoras e Senhores deputados,

Nesta quinta-feira assinalar-se-ão os primeiros seis meses de mandato do novo Executivo do nosso Município. Trata-se de uma data simbólica, naturalmente insuficiente para balanços definitivos, mas plenamente adequada para uma primeira avaliação política do caminho percorrido, da postura assumida e da forma como se tem exercido a responsabilidade de governar Esposende.

No compromisso político com que se apresentou aos esposendenses, o movimento Mudança por Todos enunciou como seu primeiro propósito o de fazer da Câmara Municipal de Esposende uma Câmara efetivamente ao serviço de todos. Não se tratava de uma frase feita, nem de um simples slogan de campanha. Tratava-se, isso sim, de uma visão concreta para o concelho: uma Câmara mais próxima das pessoas, mais disponível para ouvir, mais ágil a responder e mais comprometida com o interesse público.

Cu✓ 47✓

Ao fim deste meio ano de mandato, podemos afirmar, sem receio de exagero, que Esposende tem hoje uma Câmara verdadeiramente centrada nas pessoas e ao serviço de todo o concelho. Uma Câmara que procura resolver problemas, criar pontes e devolver aos cidadãos a confiança nas instituições locais:

Falamos, desde logo, de uma mudança clara na relação entre os munícipes e o poder local. Durante demasiado tempo, muitos cidadãos sentiram distância, burocracia excessiva e dificuldades de acesso aos responsáveis políticos. Hoje, essa realidade está a ser corrigida. Os tempos de espera para uma reunião com o Presidente da Câmara foram substancialmente encurtados, permitindo um atendimento mais célere e mais próximo dos cidadãos.

Esta alteração não é meramente administrativa. É profundamente política. Significa reconhecer que a Câmara existe para servir os cidadãos e não para se fechar sobre si própria. Significa compreender que quem procura o Município o faz, quase sempre, porque precisa de respostas, soluções ou acompanhamento. E significa, acima de tudo, respeito pelas pessoas.

Mas a mudança não se fica pela proximidade institucional. Traduz-se também em opções concretas de valorização do tecido associativo e comunitário do concelho. O aumento da verba de apoio às associações e instituições locais demonstra que este Executivo reconhece o papel insubstituível que estas entidades desempenham no desenvolvimento de Esposende.

São as associações culturais que mantêm vivas as nossas tradições. São os clubes desportivos que formam jovens e promovem estilos de vida saudáveis. São as instituições sociais que apoiam quem mais precisa. São inúmeras coletividades que, todos os dias, com trabalho voluntário e espírito de missão, ajudam a construir comunidades mais fortes e coesas.

Reforçar o apoio municipal a estas entidades é, por isso, uma decisão acertada e justa. Porque investir nas associações é investir nas pessoas. É apoiar quem está no terreno, quem conhece os problemas reais e quem dá respostas concretas onde muitas vezes o Estado não chega.

De modo particular, merece destaque o reforço do apoio às freguesias. Quem conhece a realidade local sabe bem que são as juntas de freguesia que, em muitos casos, representam a primeira linha de contacto entre os cidadãos e o poder público. É nelas que surgem as pequenas grandes respostas do dia a dia: a limpeza de espaços públicos, a manutenção de caminhos, a resolução de questões práticas, a proximidade humana.

Dar mais meios às freguesias significa permitir-lhes servir melhor as populações. Significa confiar no poder local de proximidade.

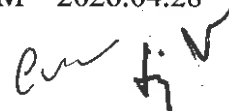
Falamos igualmente de um Presidente de terreno. De alguém que percorre as nossas freguesias, que visita obras, que escuta populações e que reúne com agentes económicos. Essa presença regular no território não é um detalhe. É uma forma diferente de exercer a presidência.

Governar à distância raramente produz bons resultados. O contacto direto permite decisões mais justas, prioridades mais acertadas e respostas mais eficazes.

Falamos também de um Executivo equilibrado e maduro, que não cedeu à tentação, infelizmente comum em tantos contextos políticos, de rasgar tudo o que vinha do mandato anterior apenas por ter origem diferente. Pelo contrário, soube distinguir entre o que merecia continuidade e o que justificava revisão.

Foram prosseguidas obras planeadas ou mesmo em curso no anterior mandato, sempre que se entendeu que correspondiam ao interesse público e eram benéficas para Esposende. Essa atitude revela sentido institucional, respeito pelos recursos públicos e seriedade política.

Ao mesmo tempo, houve casos em que, legitimamente, o novo Executivo entendeu rever opções anteriormente tomadas, designadamente quando a concretização dessas decisões poderia



acarretar prejuízos financeiros relevantes para o Município. Essa capacidade de reavaliar, corrigir e decidir com prudência é igualmente sinal de boa governação.

Importa, naturalmente, reconhecer que muitos desafios permanecem. Esposende continua confrontado com matérias exigentes nas áreas da habitação, mobilidade, coesão territorial, apoio às famílias e desenvolvimento económico. Ninguém resolverá em seis meses problemas acumulados durante anos.

Contudo, aquilo que já é visível ao fim deste período inicial é o surgimento de um novo estilo de governação: mais próximo, mais dialogante, mais aberto, mais pragmático e mais orientado para resultados.

Esse é, pois, o tom do novo Executivo. Essa é a dinâmica com que os esposendenses podem contar.

Uma dinâmica assente no trabalho, na presença no terreno, na valorização das instituições locais e na gestão responsável dos recursos públicos.

Muito obrigado.”-----

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:-----

Terminadas as intervenções, o Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos senhores deputados municipais e também para a sua intervenção política.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi dito o seguinte:

“Boa noite a todos,

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhores Deputados Municipais,

Senhores Presidentes de Junta,

Senhores Vereadores,

Público presente e a mais de uma centena de esposendenses presumo eu que estão a assistir on-line.

Esta é a primeira transmissão on-line, agradeço as palavras do Deputado Francisco Melo, é verdade que tivemos entraves, é verdade que também considero uma luta minha, e que hoje estou muito contente por isso. Aliás, na última Comissão Permanente em que eu estive presente, em que eu queria que houvesse o teste para as Transmissões on-line, na altura o representante do PSD, que era o Arquiteto Morgado, terá dito que eu poderia querer, mas quem tinha os meios era o Presidente da Câmara e, portanto, não prometeria os meios.

Isto foi público!

Portanto, estou contente que isto esteja hoje aqui a acontecer, é bom para todos e é uma vitória da Mudança.

Começaria pela Recomendação do Deputado João Paulo Torres, e juntaria também ao mesmo tempo, se não se importarem, a Recomendação da Deputada Rita Tinoco e do Deputado André Lima. O Centro de Saúde é dos temas mais debatidos e mais escrutinados, eu não me lembro de alguma obra tão escrutinada como esta. Primeiro porque foi preciso ter coragem política para terminar com uma obra que nós achávamos que não era necessária.



A política é isso é tomar decisões.

Já agora, deixem-me dizer que a taxa de execução não foi influenciada por esses investimentos que nós não demos continuidade, porque mesmo que os tivéssemos iniciado, só teria repercussão neste ano. Portanto, não é a taxa de execução, eu não sou da área económica, o arquiteto Morgado também não é, vocês também não são, mas pelo menos uma pessoa tem que se informar com quem sabe isso.

Em relação ao financiamento, continua a haver financiamento para a requalificação do Centro de Saúde. Aliás, no dia 27 de fevereiro, esteve aqui o Presidente da Estrutura de Missão "Recuperar Portugal", Fernando Alfaiate, com o responsável pela ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde, por causa dessa nossa decisão. Estávamos nós de acordo, estava a ULS, estavam os médicos, estavam os enfermeiros, foram ouvidos, não foram ouvidos na fase prévia do primeiro projeto. Toda a gente estava de acordo que não era necessário um Centro de Saúde novo. Porque aquilo que se chama o programa funcional é exatamente o mesmo.

E depois, e respondendo à Deputada Rita Tinoco, o Centro de Saúde foi-nos transferido na transferência de competências. Toda a gente tem direito de duvidar, para isso é que existem os processos, os tribunais. Nós estamos com a nossa consciência completamente limpa. Mas mesmo assim, nós estamos de acordo com a Misericórdia e respondendo ao Deputado André Lima, nós sabemos que o estacionamento é um problema, mas temos projetos, nós temos um terreno em frente, e de acordo com a Misericórdia, estamos em negociações, e se for necessário, usaremos figuras legais, como a expropriação, para fazermos estacionamento. Nisso estamos de acordo.

Em relação ao processo público do Centro de Saúde, tudo foi público e respondendo à Deputada Rita Tinoco, foi publicado em Diário da República em 3 de março de 2026, o lançamento do concurso e já está adjudicado.

É uma questão de seguirem as notícias, nós queremos transparência.

Em relação à entidade reguladora da saúde, é um dos mecanismos, que eu conheço muito bem, e que tem o seu papel. E a Unidade Local de Saúde garantiu-nos a nós, que a entidade reguladora de saúde estava de acordo com esta requalificação e a utilização dos Centros Paroquiais como salvaguarda, durante este período.

Aliás, esteve cá o diretor da ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde, que são o maior responsável nessa área. Portanto, estamos a ser redundantes em relação a isso.

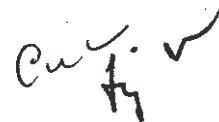
Em relação aos cuidados de saúde, é lógico que não há crescimento sem dores.

Há dificuldades?

Há, nós reconhecemos e agradeço as vossas preocupações, que também são as nossas.

Eu estou preocupado que haja um doente ou outro que não tenha transporte, mas estaremos aí para resolver o problema. Como estiveram vocês quando o Centro de Saúde de Apúlia foi para Fão e não houve problemas significativos. Quando há crescimento, há dores e estamos aí para resolver isso e quero aqui agradecer publicamente também, aos Conselhos Económicos Paroquiais, quer de Mar, quer de Palmeira, que se disponibilizaram para que tudo isto seja possível. Isto envolveu muita gente, envolveu o edifício do IPCA, que é nosso, envolveu os Bombeiros se fosse necessário, o Centro Paroquial de Mar, Marinhas e também estruturas de saúde em Barcelos. Portanto, era melhor que tivéssemos um edifício para onde pudéssemos mudar? Era, mas isso é uma utopia. É fácil criticar, o que é difícil é arranjar soluções.

Portanto, não vai precisar dos 10 dias; nós na próxima semana já iremos dizer e em relação ao que o Deputado João Paulo Torres falou, nós sempre informamos, só tenho pena que não



tenha vindo às reuniões de Câmara para assistir, aquelas que são públicas.

Em relação ao financiamento, está aprovado, vamos gastar menos dinheiro e nós fomos elogiados. Porque esta forma de pensar que temos dinheiro e gastamos, temos cinco milhões, vamos gastar os cinco milhões, quando nós podemos fazer as coisas por três ou quatro milhões (e não sabíamos se seriam seis milhões) não é a correta. Não sei se sabem, que o concurso para o Centro de Saúde já tinha uma lista de concorrentes, mas, os erros e omissões seriam muito grandes e, provavelmente nem os seis milhões chegariam.

Em relação às Piscinas Foz do Cávado, a Recomendação era para que as piscinas, já que têm atrasos e identificou-os muito bem, em relação aos alunos com carências e alunos com dificuldades especiais, já frequentam gratuitamente as piscinas, os mais vulneráveis têm descontos de 50% e 25%, mas não pomos de parte que isso possa acontecer. Só temos pena que nos tenham deixado a situação financeira tão fraca, que não tenhamos liquidez para podermos fazer isso já no próximo ano. E também lhe pergunto, porque é que não fizeram isso nos anos anteriores? Mas, isso é uma boa medida, mas vamos ver se a podemos fazer e obrigado pela sugestão.

Quanto aos campos relvados, toda a gente gostaria de ter um campo relvado, certo?

E nós sabemos que Gandra e Palmeira não têm campos relvados e, aliás, está aqui presente uma pessoa que sabe, que me está a ouvir, que na freguesia dele, já queriam ampliar mais umas obras, e eu disse-lhe textualmente, enquanto Palmeira e Gandra não tiverem o seu relvado, nós não vamos investir aqui. Porque para nós as nossas freguesias são todas iguais. O que não aconteceu com o anterior executivo no último ano, que vamos ver foi uma das grandes causas da responsabilidade, da dívida que temos aos fornecedores.

Há 4 freguesias que foram mais iguais que outras.

Para nós, são todas iguais, mas disso falaremos daqui a pouco.

Portanto, não se preocupem quando tivermos dinheiro, não prometo que seja para a semana que isso é impossível, Gandra e Palmeira estão nas nossas prioridades.

Recomendação pela navegabilidade da Foz do Cávado, como sabe esse é um problema de há 200 anos. E, se há preocupação que nós temos tido, é com isso.

Até parece que adivinhou que nós temos tido reuniões, temos discutido, não se sabe ainda, eu não sou técnico, nem o António Torres é técnico, ainda não se sabe bem, qual é o melhor projeto. E, tivemos ontem aqui uma reunião, com o Secretário de Estado do Ambiente, com o Diretor da APA e o Diretor da DGRM. A ver se chegam a um acordo, porque há um projeto antigo, de 20 anos, ou 30, que é de hidrotécnica e há um projeto mais recente e há coisas em comum. O que eu lhes pedi a eles foi que encontrassem os pontos em comum e que se decidisse. Há 3 prioridades, para mim, o mais importante é a proteção de Esposende, de pessoas e bens, a navegabilidade do Cávado e depois também a proteção do ambiente.

Eu não prometo que haja solução, porque isto não depende de nós e isso é o que eu penso.

Isto não é obra para o Município de Esposende. E o Município de Esposende, assumiu um projeto, mas é a APA e a DGRM que têm que decidir e ser responsabilizados. E foi isso que nós fizemos, tentamos pôr outra vez o comboio no trilho, porque não podemos ser nós a fazer a obra. E, portanto, e só para terem uma ideia, esse projeto que falou, que é o último projeto. Quando eu cheguei, havia uma candidatura para a primeira fase, que foi um projeto, vou repetir, pago por nós todos, "apadrinhado" pela APA, e depois, quando se fez a candidatura, quando se pediu os pareceres da APA, qual foi o parecer da APA? Negativo.

Portanto, as pessoas não se entendem, não falam a mesma linguagem. Eu espero pôr as pessoas todas a falar a mesma linguagem e a olhar todas na mesma direção. Acho que



estamos no bom caminho, mas por causa da proteção da Restinga, da proteção de Esposende. E eu acho que, nem tudo é branco, nem tudo é preto, e eu penso que nós ontem conseguimos fazer com que eles, tentassem recuperar o projeto anterior e já estão a tentar encontrar soluções, pontos comuns, e acho que vamos nesse caminho. Claro que, neste momento há uma candidatura, até outubro, que é o programa sustentável 2030. Poderá ser feita a candidatura pela APA para a primeira fase, que é a proteção da restinga, mas como eu digo, eu não sou técnico, a minha função é juntar as pessoas e pô-las a olhar todas na mesma direção. Portanto, a sua preocupação, António Torres é a nossa, mas parece que adivinhou que nos tínhamos encontrado ontem, ou viu-os aí a chegar.

Deputado António Morgado, 6 meses, promessas de Mudança. A primeira é esta que estamos a vivenciar aqui, em transmissão. Quem lidera os projetos, quem lidera é a Mudança; quem lidera é o povo de Esposende porque nos escolheu a nós. Não são duas ou três pessoas que escolhem quem lidera os destinos de Esposende. Foram mais de 49% das pessoas, são essas pessoas que lideram neste momento o concelho.

Temos o saneamento, é verdade, nós aproveitamos tudo aquilo que achamos que era importante, vamos expandir o saneamento. A educação é um exemplo, neste momento está para abrir um concurso para a requalificação de escolas e nós prescindimos da Casa Manuel Boaventura, e uma parte desse dinheiro, um milhão de euros, vai para a habitação.

Vamos ter dois milhões e oitocentos mil euros para habitação em Palmeira. Já que falámos disso, e falou na Estratégia Local de Habitação, a Estratégia Local de Habitação deixada pelo anterior executivo, não coincidia com o perfil de famílias que temos em Esposende. E, estamos neste momento, a trabalhar na Carta Municipal de Habitação, um instrumento importante para termos mais acesso a candidaturas no IHRU. Portanto, estamos a trabalhar nesse sentido, isto apenas em 6 meses. Já para não falar, só tenho pena no meio disto tudo, muita pena, de não poder anular um contrato, que é o contrato do lixo. Vamos ver daqui a pouco porquê, porque o contrato de lixo é um contrato de luxo.

Nós estamos neste momento com um défice por ano, de dois milhões de euros, que põem em causa a nossa sustentabilidade financeira. E disse-se, há pouco que não aumentaram os impostos, mas se calhar deviam ter aumentado a taxa de resíduos, porque nós vamos ser obrigados a aumentá-la, porque não é possível, já não é aumentada há 10 anos.

E nós queremos transparência e ser claros, prefiro dizer olhos nos olhos às pessoas aquilo que se passa, e temos que tomar medidas, tal como fazemos na nossa casa. Eu não posso ver este barco a afundar-se e dormir todos os dias descansado, se calhar deviam ter aumentado a taxa de resíduos, mas isso vamos depois falar na altura das contas que vão ser públicas.

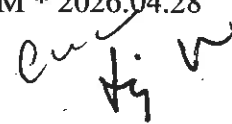
Pagamento de promessas eleitorais? Sim, nós estamos a pagar promessas eleitorais, mas não são as nossas, são as vossas, feitas no último ano.

No último ano nas freguesias, em quatro delas, foi feito um investimento, alguns não cabimentados, de um milhão de euros.

Esse milhão de euros também contribui para o défice que temos neste momento na nossa dívida aos fornecedores. Não vou aqui citar as freguesias por uma questão de não ferir os interesses de ninguém.

Saldo de gestão positivo? O saldo de gestão é de quinhentos mil euros.

Atenção quando dizem lá que têm um milhão e duzentos, ou dois milhões para a Escola Henrique Medina, isso já está consignado, nós temos quinhentos mil euros e só não temos menos, porque só chegaram 2 ou 3 dias antes do 31 de dezembro, porque senão, nós estávamos a pagar dívidas. Deixaram-nos dívidas de quatro milhões e meio, com pagamentos



a 4 meses. Nunca Esposende esteve assim. Nós neste momento estamos com os pagamentos a 90 dias e essa é uma das nossas tarefas, recuperar a capacidade financeira.

Não estamos a falar de estabilidade financeira a longo prazo, o PIB orçamental foi mantido. Temos neste momento uma dívida de nove milhões e dívida a fornecedores de quatro milhões e seiscentos mil. Portanto, há várias maneiras de ver as coisas, mas disto depois na prestação de contas, falaremos.

Em relação à Deputada Rita Tinoco, imbróglia jurídica? Para nós não há imbróglia jurídica, nós na transferência de competências recebemos o Centro de Saúde como nossa propriedade. E é nessa base que nós trabalhamos. Aliás, a entidade ESTAMO, também identifica o Centro de Saúde como sendo nosso. Nós estamos neste momento com boa colaboração com a Santa Casa da Misericórdia, não levantaram esses problemas. São levantados por outras pessoas, que parece que querem que haja problemas, mas não tem havido qualquer problema e estamos a trabalhar na solução conjunta até do estacionamento no futuro.

Em relação ao PDM, foi também uma herança que nós recebemos. Somos, o município da CIM com o PDM mais atrasado. O objetivo é que fosse apresentado, que fosse discutido e aprovado aqui na Assembleia de junho, estou a ver isso com alguma dificuldade, mas essa é a meta. Vai haver discussão pública, e deixe-me que lhe diga que é um processo completamente transparente. Aliás, os Presidentes de Junta que estão aqui presentes, foram convidados para estar numa sessão para falarmos sobre o PDM, e irá haver uma sessão de discussão pública.

Penso que já respondi ao Deputado André Lima e agradecer as palavras do Deputado Francisco Melo, que apesar de tudo, vê isto com muita transparência, que é o nosso lema.

Obrigado!"-----

O Presidente da Mesa da Assembleia usou da palavra, tendo referido:

"Se me permitem apenas um esclarecimento, passou-se na minha altura, o edifício do Centro de Saúde foi pago todo pelo Estado, e o Hospital foi pago pelo Estado e pela Câmara Municipal e o projeto foi pago pela Câmara. Portanto, na altura foi feita uma permuta, cedência de terreno ao Estado e o Estado fazia a obra.

Desapareceram documentos da Câmara, eu também gostava de saber porquê. Eu também já estou farto de procurar, mas se for aos jornais, é capaz de encontrar alguma informação que infelizmente não se encontra na Câmara, mas eu sou capaz de saber porquê. Mas é fácil, o Ministério da Saúde deve ter um documento que o prove."-----

De seguida, pelas 22 horas e 15 minutos pelo Senhor Presidente da Mesa foi proposto suspender os trabalhos por 5 minutos para conferência de líderes, a fim de discutirem o Voto e as Recomendações apresentadas.-----

Pelas 22 horas e 25 minutos foram retomados os trabalhos, tendo-se procedido à votação do Voto de Pesar e das Recomendações apresentadas, tendo-se obtido as seguintes votações:

1 - RECOMENDAÇÃO "PELA TRANSPARÊNCIA NO PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE E SALVAGUARDA DO ATENDIMENTO AOS UTENTES".-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 19 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS

Qu *ti* *v*

E DO PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILA CHÃ E, 16 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DA DEPUTADA DO PS E DO DEPUTADO DO CHEGA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD.-----

2 - RECOMENDAÇÃO “PARA QUE OS PAIS DE CRIANÇAS E JOVENS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS PASSEM A TER ACESSO GRATUITO ÀS PISCINAS”.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 19 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS E DO PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILA CHÃ E, 16 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DA DEPUTADA DO PS E DO DEPUTADO DO CHEGA, APROVAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD.-----

3 - RECOMENDAÇÃO “PARA QUE O EXECUTIVO MUNICIPAL ESTABELEÇA JUNTO DA ESPOSENDE 2000, E.M., PELO MEIO QUE ENTENDER MAIS ADEQUADO, UM PROTOCOLO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE FÉRIAS DESPORTIVAS A CRIANÇAS E JOVENS ORIUNDOS DE AGREGADOS COM MAIOR CARÊNCIA ECONÓMICA”.-----

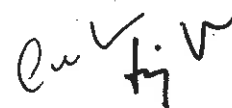
A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 19 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS E DO PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILA CHÃ E, 16 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DA DEPUTADA DO PS E DO DEPUTADO DO CHEGA, APROVAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD.-----

4 - RECOMENDAÇÃO “PELA INSTALAÇÃO DOS RELVADOS SINTÉTICOS NOS CAMPOS DE JOGOS DO CLUBE DESPORTIVO RECREATIVO DO ESTRELAS DO FARO E DO GANDRA FUTEBOL CLUBE”.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 19 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS E DO PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILA CHÃ E, 16 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DA DEPUTADA DO PS E DO DEPUTADO DO CHEGA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD.-----

Pelo Grupo Político do Movimento Mudança por Todos, foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Que fique bem claro como ainda há pouco o Senhor Presidente da Câmara referiu, nenhuma freguesia do concelho ficará para trás no que toca à dotação dos seus equipamentos com relvado sintético e por isso, nada nos demove que o campo do Recreativo Estrelas de Faro e



do Gandra Futebol Clube, sejam dotados de relvado sintético. No entanto, não podemos votar a favor esta recomendação, uma vez que a mesma determina, que a mesma votação fosse aplicada já neste ano, sendo que tal é inexequível, atendendo à situação em que o Município se encontra e outras prioridades já em curso e por essa simples razão, votamos contra. Permitam-nos ainda aqui notar que esta recomendação também é uma boa evidência daquilo que foi o Plano Desportivo por parte do anterior executivo do PSD. Se olharmos com atenção, cada um dos bullets, podemos distinguir relvado, relvado, relvado, relvado, relvado, relvado. A verdade é que hoje, um jovem rapaz do concelho, se quiser praticar voleibol ou andebol, não pode, porque não há equipamento para tal, e se uma jovem rapariga quiser praticar basquetebol no concelho, não consegue.

Esse é o legado que o PSD deixou neste concelho no que toca à política desportiva.”-----

5 - RECOMENDAÇÃO “PELA CONTINUIDADE E URGÊNCIA DO PROJETO DE NAVEGABILIDADE DA FOZ DO CÁVADO, PROTEÇÃO DA RESTINGA E DA BARRA”.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 20 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS, DO PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILA CHÃ E DA DEPUTADA DO PS E, 15 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DO DEPUTADO DO CHEGA, APROVAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD.-----

6 - RECOMENDAÇÃO “A PROPÓSITO DAS OBRAS NO ATUAL CENTRO DE SAÚDE DE ESPOSENDE”.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 19 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS E DO PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILA CHÃ E, 16 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DA DEPUTADA DO PS E DO DEPUTADO DO CHEGA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELA DEPUTADA DO PS.-----

7 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE IVONE MARIA MOREIRA SILVESTRE BAPTISTA DE MAGALHÃES.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS E SUBSCRITO POR TODAS AS BANCADAS POLÍTICAS, MANIFESTANDO O MAIS PROFUNDO PESAR PELO FALECIMENTO DE IVONE MARIA MOREIRA SILVESTRE BAPTISTA DE MAGALHÃES, ENVIANDO AS MAIS SINCERAS CONDOLÊNCIAS À SUA FAMÍLIA E AMIGOS.-----
MAIS DELIBEROU, DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTA DELIBERAÇÃO À FAMÍLIA ENLUTADA.-----

Cu ✓ *ty* ✓

Terminadas as votações, o Presidente da Mesa da Assembleia, deu a palavra à Deputada Rita Tinoco Faria, que colocou algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara acerca da Informação Escrita, nos seguintes termos:

“Senhor Presidente, obrigada pelo envio da informação escrita.

As minhas perguntas são breves e são em torno de dois assuntos, um, lamento, mas continuaremos a insistir na questão do centro de saúde, até porque isso vem na informação escrita, para além daquilo que já foi dito hoje e tenho algumas perguntas:

- A Junta de Freguesia de Esposende foi informada da deslocalização e dos prazos agora em que os utentes vão estar nesta situação de mudança de sítio?

- Gostava de ter um esclarecimento total e claro sobre os locais para onde os utentes estão a ser enviados. Não é claro, neste momento as informações que temos recebido é que têm sido enviados para sítios muito diferentes. Portanto, se pudesse fornecer essa informação de forma clara, agradecia.”-----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu nos seguintes termos:

“A informação está muito clara, deixe-me só fazer-lhe uma pergunta, não é só Esposende que está informado, também estão as outras freguesias, porquê essa fixação com a junta de Esposende? E as outras juntas, Marinhãs, Belinho?”-----

A Deputada Rita Tinoco Faria retomou a palavra dizendo que, podia se quisesse responder também a propósito das outras juntas, o que agradecia.-----

O Senhor Presidente da Câmara retomou a palavra, nos seguintes termos:

“A informação é pública, mais importante que as juntas, são os utentes e todos os utentes foram informados.

Eu espero que os Presidentes de Junta, que são pessoas ativas e proativas, também tenham obtido essa informação, até posso perguntar se algum dos Presidentes de Junta não sabe se vai haver deslocalização. O Presidente da Junta de Mar, foi envolvido no processo, o Presidente da Junta de Palmeira, também sabe o que aconteceu, eu informei-os a eles, o Presidente da Junta de Esposende propriamente dito, não tinha que o informar porque não estava a pensar meter lá às pessoas do Centro de Saúde.

Sinceramente não percebi o alcance da sua pergunta, porque é que eu tinha que os informar, a não ser aquelas pessoas que estavam envolvidas nas juntas? Qual era a vantagem de ter especificamente o Presidente da Junta de Esposende informado?”-----

A Deputada Rita Tinoco Faria retomou a palavra, tendo referido:

“Mas as restantes foram, não foram?

Foram informados o de Palmeira e o de Mar, mas não o de Esposende, ok, fica registado.

Pergunto também ainda, para onde é que vão ser enviados os utentes?

Certamente já terá esses dados na sua posse.”-----

O Senhor Presidente da Câmara retomou a palavra, nos seguintes termos:

“Também é Público, Doutora Rita Tinoco, como sabe, ou como deveria saber, isto não é uma coisa que se pensa de um dia para o outro, isto são semanas de preparação, são semanas de planeamento, e muitas vezes surgem problemas à última hora.



Como sabe há 2 USF no centro de saúde. Há uma que se chama Farol de Esposende, que é a mais pequena e irá funcionar no Centro Paroquial de Mar, e a outra que é a USF Norte que irá para Palmeira. Tudo isto implicou uma coordenação com a ULS a parte técnica da ULS, e depois, há algumas consultas que são apenas consultas de acompanhamento, que funcionarão no edifício do IPCA. As juntas médicas provavelmente irão para Barcelos e algumas consultas de especialidade voltarão para o hospital de Barcelos.”-----

A Deputada Rita Tinoco Faria retomou a palavra, tendo referido:

“Muito obrigada, um bocadinho “Viagens na minha Terra”, tipo Almeida Garrett.

A segunda pergunta infelizmente é sobre um assunto um bocadinho menos simpático, este é particularmente duro e certamente ainda está em desenvolvimento, mas gostava já agora, Senhor Presidente, de o ouvir a propósito daquilo que se está a passar na escola de Apúlia. Infelizmente é uma situação muito triste, certamente que nos toca a todos, mas gostava de saber o que é que a Câmara pretende fazer por causa da transferência de competências, há aqui uma responsabilidade acrescida da Câmara, imagino, em relação ao que se passa na escola, sem prejuízo das questões penais e criminais que estejam envolvidas, mas gostava de saber o que é que está a ser planeado para diminuir as questões de injúrias a populações imigrantes, eventualmente todas estas situações de violência entre jovens.

Muito obrigada!”-----

O Senhor Presidente da Câmara, respondeu nos seguintes termos:

“Sendo jurista e tendo consciência da parte social, sabe que essas injúrias, esses “bullyings”, não se resolvem do pé para a mão, resolvem-se com medidas de inclusão na sociedade. Sempre existiram e sempre existirão “bullyings”.

Depois, o que é que a Câmara está a fazer? Está a acompanhar, mas “cada macaco no seu galho”. A escola já sabe do assunto, a GNR já sabe do assunto, e a Comissão de Acompanhamento de Menores também.

Vamos deixar à justiça o que é da justiça e à Câmara o que é da Câmara.”-----

De seguida, o Presidente da Mesa da Assembleia informou o público presente que as inscrições para intervenção do público já se encontravam encerradas, havendo 3 inscrições, passando a chamar os inscritos pela respetiva ordem de inscrição.-----

02 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

De acordo com o número um do artigo quadragésimo terceiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se verificado duas inscrições:

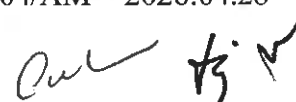
O Primeiro inscrito, Senhor Luís Peixoto, que em síntese disse:

“Boa noite,

Senhor Presidente da Assembleia, em si cumprimento toda a mesa,

Senhor Presidente da Câmara, em si cumprimento todos os Vereadores,

Senhores Deputados Municipais,



Presidentes de Junta,

Público presente e aqueles que ainda têm tempo para nos estar a ouvir em casa, porque o intervalo de 5 minutos acabou por ser de 10, para discutir meia dúzia de Moções.

Eu tenho aqui duas garrafas, uma é uma garrafa má e a outra é uma garrafa que vai salvar o planeta.

A garrafa má, nós há mais de 20 anos que a espalmamos, fechamos para que ela não tenha a ousadia de encher o ecoponto novamente, e a 100 ou 150 metros da nossa casa, ou do nosso emprego, é onde a gente a vai depositar.

Mas agora aparece a garrafa boa, tem um V de volta, na qual temos que, depois de ingerir o líquido, guardar dentro de um saquinho, em casa, e esperar uma deslocação próxima, a um hipermercado.

Senhor Presidente da Câmara,

Isto revela a incompetência dos municípios.

Os municípios, mais uma vez estão a empurrar com a barriga, um problema que é deles.

Nunca fizeram, nem nunca discriminaram pela positiva, a ação do esmagamento desta garrafa má e agora, um burocrata, um bichinho do betão, como lhe chama muito bem o Rui Veloso, decidiu que, nós temos que começar, e vamos salvar o planeta, se guardamos uma série destas garrafas em casa e a formos trocar por papel de 10 cêntimos, a uma máquina que está num supermercado. Logo aqui os municípios estão a ser novamente colocados de lado, e porque é que isto aconteceu, Senhor Presidente?

Os municípios há mais de 10 anos que sabiam que tinham que tomar medidas, no sentido de estimular a população a reciclar mais, do que os 30 % que neste momento recicla.

Temos que atingir uma meta de 55%, 60%. Isso não aconteceu, escusaram-se à sua responsabilidade, e, aliás, fizeram até uma coisa muito pior, que foi depois de terem sido avisados e lhes ter sido dito “atenção que o preço da tonelada no aterro sanitário vai duplicar”.

E o que é que fizeram os municípios?

Em vez de discriminar positivamente quem esmagava a garrafa, colocaram mais uma taxinha na fatura da água. E então, deixaram na mão de uns burócratas, a decisão de termos que guardar umas garrafas em casa, para depois fazermos uma viagem ao supermercado.

Mais um prego no caixão do comércio local, porque se eu comprar esta garrafa na Lica ou na Natália, quem é de Fão sabe o que eu estou a dizer?

Eu vou ter que ir ao continente buscar um papel que me dê 10 cêntimos. E, vou acabar por comprar no continente algo que podia ter comprado na Lica ou na Natália. Portanto, aqui o comércio local também vai sofrer com isto. E depois, os municípios foram claramente colocados de lado nisto, não sabem como, aparecem as grandes superfícies com uns glutões para engolir estas garrafas, e os municípios não os têm, quando são os responsáveis que eu saiba neste momento, ainda, pela recolha de resíduos, quer os indiferenciados, quer aqueles que nós temos que reciclar.

E a minha primeira pergunta, Senhor Presidente, e eu sei que não vai responder agora porque não tem dados, mas eu andei à procura destes dados durante 4 anos e não os encontrei. E aliás, é por falta talvez de foco, que depois nós estamos sujeitos a este tipo de decisões que vêm do outro lado. E o foco é este Senhor Presidente, qual é a percentagem de reciclagem que neste momento temos no concelho de Esposende?

E porquê esta necessidade de saber? Espero não termos surpresas, porque temos que ter um foco e eu propunha Senhor Presidente, que começássemos a discriminar pela positiva quem

cu. v.
h

recicla. Há muitas maneiras de o fazer, eu deixo aqui uma ideia, Senhor Presidente. Porque não, então com estes dados que o Senhor Presidente vai tentar obter, ir atualizando estes dados mensalmente, e vamos chegar a um limite se calhar, semanalmente, por freguesia, e vamos começar a discriminar a freguesia que está no primeiro lugar do ranking e vamos dar um desconto na água. E as pessoas vão começar a correr, a reciclar, Senhor Presidente. Porque aqui tem que haver uma discriminação positiva, nunca se pode ir pelo negativo. E, sempre se foi pelo negativo, foi aumentar a fatura da água.

Isso não é assim!

Temos que dar compensação ao contrário, aliás, que é o que este burocrata está a querer fazer agora, está a querer que eu faça viagens de quilómetros, para ir buscar 10 cêntimos.

Portanto, Senhor Presidente, esta é a minha primeira questão.

A segunda questão tem a ver com o seguinte, este ranking seria fantástico, Senhor Presidente, porquê?

Porque se o Senhor Presidente estimulasse as populações, podia usar o ecrã que está ali à beira das piscinas e tínhamos um ranking mensal, Fão está à frente naquele momento, passado um mês, Apúlia passa para a frente e o desconto passa para Apúlia. Tem que andar a correr, Senhor Presidente. Isto porquê? Porque já aqui se falou e tem-se falado em reuniões de Câmara, do odor que vem do aterro de Paradela.

Vocês sabem onde é que vai ser o próximo aterro da Resulima? Em que concelho vais ser?

Esposende! O que é que isto quer dizer? O cheiro vai estar cá.

O cheiro vai estar cá, então afinal nós queremos aterros ou queremos reciclagem?

Temos que andar todos a correr, então vamos discriminar pela positiva as freguesias que reciclam, porque vai haver um momento em que certamente o Senhor Presidente, e esta é a segunda pergunta que faço, Senhor Presidente, se no PDM já está prevista a localização do aterro, porque vai haver um momento em que ela vai ter que estar prevista e se calhar, em caso de empate, temos que ir a penaltis. Ou seja, se temos previsto o aterro em iguais condições, porque o terreno está afastado não sei de quê, porque tem umas árvores e temos 2 ou 3 freguesias em condições, qual é a que está à frente no ranking? Então essa não vai ficar com o aterro, fica a outra que reciclou menos.

Portanto, em resumo, Senhor Presidente, eu sei que não tem culpa nenhuma nisto, nem tinha que me estar a ouvir neste sentido, mas já acho que temos que perseguir a discriminação positiva neste particular, e os municípios não se podem empurrar com a barriga. Neste momento, a própria Associação Nacional do Municípios não veio dizer nada sobre isto. Os municípios estão a ser de alguma forma esmagados e apelidados de incompetentes, porque não resolveram o problema da reciclagem, temos que chegar aos 60 % e neste momento não chegamos.

Senhor Presidente, ficam 2 questões, quanto é que nós reciclamos neste momento?

Está ou não disposto a estipular um ranking e começar a estimular as populações?

Nós temos aqui o concelho ao lado, a Póvoa de Varzim, que já tem zonas piloto de 2 ou 3 ruas, em que as pessoas têm um tagzinho, uma chave, encostam ao contentor, abre e eles passam a saber quanto é que a pessoa pôs ali e de quê.

Portanto, nós estamos na era digital, temos que começar a andar para a frente.

Ficam estas notas Senhor Presidente, muito obrigado por me ter ouvido.”-----

De seguida o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que agradeceu a intervenção, tendo esclarecido, nos seguintes termos:

Pu ✓ *ty* ✓

“Muito obrigado, mas ao contrário do que pensa, eu tenho alguns dados, porque a fatura dos resíduos alarmou-me, e deve alarmar a todos nós.

Nós estamos a pagar três milhões de euros por ano, pela nossa recolha de lixo. Fora, a fatura da Resulima, que é mais um milhão e meio.

Nós estamos com 4.5 milhões por ano, temos um défice de 2 a 3 milhões por ano, que é um problema grave.

Isso seria resolúvel ou diminuído, se houvesse recolha seletiva, se houvesse separação do lixo, o que não está a acontecer.

Eu estava hoje a discutir com o Arquiteto Losa, penso que é menos de 10 %, a nossa separação, certo?

É muito pouca, mas isso é transversal a todos os municípios. E ainda bem que estão a fazer um estudo piloto na Póvoa e, nós estávamos a discutir quando é que isso poderá avançar, porque na verdade, está ligado à água, que é uma coisa injusta. E isso é uma das medidas que esperemos que aconteça, portanto, esperemos que seja uma política nacional, e que haja esse tipo de vontade e nós, se for exequível, avançaremos, presumo que a Esposende Ambiente e o município avançarão para isso e obrigarão as pessoas a fazer isso, porque é para beneficiar, para discriminar pela positiva.

Em relação ao aterro pode ficar descansado, que nós no PDM, não pusemos aterro nenhum.

Costuma estar bem informado, mas nalgumas situações está mal informado.

Nós somos um país que andamos quase como o aeroporto de Lisboa, anda para trás, anda para a frente. Neste momento, a coíncineração vai avançar e o aterro, provavelmente no fim, quando acabar este, nós enviaremos, a CIM Cávado e aqui a nossa área, será absorvida pela Lipor e estão neste momento a ser estudadas 5 centrais de coíncineração, portanto, o aterro não é solução.

De qualquer forma tentaremos discriminar pela positiva quem faz separação, é uma solução ideal, difícil de alcançar, mas aí, estamos de acordo.

Muito obrigado.”-----

De seguida, o Presidente da Mesa deu a palavra à segunda inscrita, Senhora Leonor Maria da Silva Pinto, que em síntese disse:

“Boa noite a todos,

É um exercício muito difícil eu estar aqui, primeiro porque não estou treinada nestas andanças e segundo, perante tanta gente, mas, estou aqui em nome da prevenção e da segurança.

Trago dois casos situados em Apúlia, estacionamento indevido na praceta anexa ao Museu café, e o outro, o abate de árvores desde Apúlia, com ligação a Fão e a Ofir.

Quanto ao tempo são gémeos, devo dizer de há 8 anos a esta parte, que as minhas diligências são feitas a nível hierárquico, Junta de Freguesia, Câmara Municipal, ICNF, GNR, tudo igual, tudo inconsequente.

Primeiro caso, o caso de estacionamento indevido, a GNR já não está a ficar confortável, já não está a ficar agradada com as minhas denúncias e até já as classificou de perpetuadas.

A Câmara neste propósito, e do meu ponto de vista, e de muitas pessoas, em vez de resolver com um bocadinho de boa-fé, um bocadinho de boa vontade, o problema, à semelhança da entrada e saída de veículos no edifício Freitas e Teixeira, na Rua da Marginal, colocando lá umas barreiras físicas, umas floreiras, uma coisa moderna não, há aqui um braço de ferro. Ou seja, a Câmara diz que o estacionamento indevido, é como a GNR e a GNR classifica as denúncias de perpetuadas e não resolve, está tudo igual.

Eu não tenho muito tempo, até porque muita gente amanhã trabalha, etc, senão poderia aqui contar vicissitudes que vi, acontecer naquela praceta e que me tiraram o sono, porque podiam ter redundado em tragédia.

Relativamente ao derrube de árvores, é um caso impressionante há 8 anos a esta parte, sem solução.

Ninguém me informa de nada, ou se informa, portanto, relativamente ainda ao estacionamento indevido, devo aqui referenciar que tive uma audiência com o Senhor Vereador Sérgio Mano, que me encaminhou para um jovem, que me mostrou no computador as tais barreiras modernas, barreiras físicas que impediriam ali o estacionamento indevido, e depois me enviou um ofício a dizer que iam ser implementadas medidas para resolver o problema. Ora, isto em 2019. Posteriormente, a Senhora Vereadora Engenheira Alexandra Roeger também me enviou um ofício no mesmo sentido, de que iriam ser implementadas medidas para minimizar o impacto da pressão de Verão no local.

Até hoje, nada se resolveu também.

Como a nível de comunicação entre mim e os agentes responsáveis nada se resolvia, resolvi escrever 5 cartas com AR, a 3 Senhores Presidentes da Câmara.

Nenhuma teve retorno, nem uma!

Eu pergunto se isto é uma atitude normal, se é um trato, um procedimento legítimo e até legal, tratar o cidadão desta maneira.

Mais importante do que isto, era efetivamente resolver o problema, ou seja, quem conhece e a maior parte das pessoas penso que sim, há uma árvore que já atravessa a via e quase que vai para a outra margem, só lhe falta mesmo cair, e ao cair pode provocar tragédia.

Mais à frente, a rede já está abalroada e temos também o risco, o perigo da queda das árvores, e isto, repito, há 8 anos a esta parte.

A minha questão é saber se vamos de facto encarar este assunto com responsabilidade, ou se depois vamos optar pela impunidade.

Relativamente ainda a uma observação à comunicação com a Câmara, com os serviços, por telemóvel ou por telefone, teclas 3 e 9 são de atendimento muito tardio, ou não atendimento, tecla 3 Proteção civil e 9 atendimento geral.

Uma sugestão que eu deixaria aqui para terminar, é que, à semelhança dos serviços privados que têm o chamado inquérito de satisfação, eu sei que há o portal da queixa, mas aquilo que se verifica é que a maior parte delas não são validadas, não estou muito por dentro do assunto, também não sou muito tecnológica, mas o chamado inquérito de satisfação que a gente, por exemplo, vai ao hospital da luz e imediatamente cai um inquérito de satisfação. A gente está num sítio qualquer e com muita facilidade responde e faz uma avaliação pessoal e, penso que responsável do serviço.

Era só isto, muito obrigada, boa noite."-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu a intervenção, tendo esclarecido, nos seguintes termos:

"Vamos ficar com o contacto da senhora, eu não tenho elementos de momento para lhe responder, quer em relação ao estacionamento, porque vai haver alterações lá, quer em relação ao derrube das árvores, mas vou saber o que se passa.

Muito obrigado."-----

Terminado este Período o Presidente da Mesa entrou de seguida no Período da Ordem do Dia.-

**03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** _____**03.01 – APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE - ANO DE 2025, NOS TERMOS DA ALÍNEA L) DO Nº 2 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 20 de abril de 2026, foi presente na sessão, para aprovação, o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Esposende referente ao Ano de 2025, nos termos da alínea l) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta, tendo também referido que aquele documento era o retrato financeiro do executivo anterior, uma vez que tinham tomado posse apenas a 31 de outubro de 2025.-----

O Deputado António José Morgado pediu a palavra para intervir nos seguintes termos:

“Muito obrigado, Senhor Presidente.

Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, dizer-lhe Senhor Presidente, que por muito que queira negar o resultado positivo das contas do município, fala em resultado líquido patrimonial negativo, mas não fala no saldo de gerência que é positivo. E, por muito que o queira negar, para justificar aquela que é a sua narrativa e compreendo, a verdade é que o executivo anterior, teve 6 meses e 15 dias de gestão com decisão, entrou em período de gestão por causa do período eleitoral, a 15 de julho de 2025 e, a partir daí, geriu o município até 12 de outubro, ou até à transição, Tomada de Posse, digamos assim, e vocês assumiram os 2 últimos meses.

A verdade é que as contas são de facto positivas.

Isso não sou eu que o diz, é o ROC, positivas com 4,2 milhões de euros de superavit.

O défice é fruto de uma herança de algumas decisões do passado, de muita gente e também se calhar de pessoas que o acompanham e talvez também do Senhor, enquanto esteve na Presidência da Assembleia Municipal, e falo do contrato da Suma, que trouxe uma melhoria substancial dos serviços, foi esse o objetivo e que foi aqui vertido nas contas e que se traduz nesse resultado, derivado aos retroativos que este contrato implicou e foram todos lançados no ano passado. Naturalmente que implica um aumento, um prejuízo de 2 milhões de euros, acho que é isso. Mas da mesma maneira que não gosta do contrato da Suma, também o soube publicar e noticiar a nova contencionização recentemente, portanto, chego à conclusão que não será assim tão mau quanto isso. E, já agora também sobre isso, acabou de dizer aqui em resposta ao engenheiro Luís Peixoto, que a solução passa efetivamente, para tentar resolver esse problema, por reciclar mais. Concordo e acho que devemos todos fazer um esforço nesse sentido.

Também o que agrava esse resultado líquido, são decisões muito lá atrás, nos anos 90, processos judiciais, nomeadamente o da Quinta da Barca, que agrava em trezentos mil euros. Portanto, faz parte e entra nessa contabilidade, não sou eu que o diz, é o ROC, são as contas, as amortizações naturalmente, o aumento dos vencimentos públicos que não acompanharam

que ✓ h

as transferências de competências, portanto, é completamente alheio à gestão do município, quer a nossa, quer a sua, quer qualquer uma, é um ajuste que o Estado tem que fazer e isso também agrava.

Os investimentos que fizemos, sim, fizemos investimentos, mas não sei, não sou da área da contabilidade, nem da economia, não sei se foram feitas as avaliações que permitem verificar se o investimento efetuado permitiu aumentar ao valor do património, não faço ideia, mas isso terá influenciado eventualmente este resultado.

Podia ser diferente? Podia sim, claro, podia, nos últimos 2 meses do ano, não sei o que é que vocês fizeram para tentar inverter esta tendência, porque já sabiam que as coisas estavam assim, segundo o Senhor Presidente também aqui acabou de dizer. Por muito que lhe custe, em 10 meses, apresentámos contas positivas e é isso que fica.

ficámos com os 4,2 milhões de euros de superavit, é verdade, um milhão e seiscentos mil foram devolvidos porque os senhores desistiram do projeto do Centro de Saúde.

Os dois milhões de euros da Escola Henrique Medina, naturalmente, tinham que verter e tinha que passar para o exercício seguinte, sobram quinhentos mil euros, é um saldo positivo, podiam ter sobrado mais, se tivessem feito um pouco mais no final do ano, para tentar ajustar e corrigir isto, mas não o fizeram.

Nós tínhamos uma estratégia, não ganhámos as eleições, infelizmente, e o resultado que fica e não sou eu que o diz, volto a referir, é o ROC, o superavit está nos relatórios, está aí 4,2 milhões de euros.

Obrigado.”

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu nos seguintes termos:

“Realmente há formas diferentes de ver a situação.

Os números não mentem.

O resultado líquido do exercício é negativo em quatro milhões, seiscentos e dez mil euros.

Vamos aqui ver as parcelas, um milhão quatrocentos e cinquenta mil euros, foi do contrato da Suma; setecentos e setenta e quatro mil euros, foi da revisão de preços e juros que vinham de trás, dos contratos com a Suma; a previsão do processo judicial, estamos a falar de trezentos e nove mil euros, que é uma previsão que faz parte do processo judicial da Quinta da Barca; aumento de gastos com pessoal, não é só pelo aumento, é porque foram contratadas 27 pessoas, embora metade sejam para a educação; novecentos e quinze mil euros, foi o aumento de transferências para as Juntas de Freguesia, para 4 Juntas de freguesia. E disse agora que a partir de julho estiveram em gestão. Mas mais de metade disto foi a partir de agosto, e destes, cerca de quatrocentos mil euros nem cabimentados foram. E deixe-me dizer-lhe Arquitecto Morgado, não é da área, não percebe, eu também não percebo, mas pergunto a quem sabe e podemos perguntar aqui à Diretora Financeira, mesmo que tivéssemos começado o Centro de Saúde, mesmo que tivéssemos feito a Escola Manuel Boaventura, mesmo que tivéssemos feito mais outra obra, nunca iria refletir-se na taxa de execução. Só neste ano, no ano de 2026 se iria refletir. Portanto, aquilo que na taxa de execução não está refletido, deve-se exclusivamente à atuação do executivo anterior.

E agora eu pergunto à nossa Diretora Financeira, se temos um resultado negativo ou positivo. “Negativo”!

Isso não há volta a dar, é negativo o resultado, factos são factos e números são números, e vão ser expostos, podemos embelezá-los, mas a verdade é que nós estamos comprometidos neste momento, estamos comprometidos com a nossa execução. Se nos aparece uma despesa extra,



nós não temos verba neste momento. E, aliás, fora a dívida que temos que estamos a pagar há 4 meses.

Temos capacidade de endividamento, de dez milhões, a situação financeira a longo prazo está em equilíbrio, mas este ano foi catastrófico. E este resultado aconteceu por uma coisa que eu pedi à nossa contabilidade para não deixar acontecer, que é, que no último ano eleitoral não se faça aquilo que se fez, que foi um descalabro. Eu sei que estavam a pensar corrigir isto agora, que nunca iriam perder as eleições, mas temos que pensar sempre que os eleitores podem decidir de outra forma. E foi o que aconteceu!

Porque eu tenho a certeza absoluta de que vocês ficaram estupefactos também com as contas, como nós também ficamos. E isso não há nada a fazer.

Agora vamos tentar melhorar e não cometer os mesmos erros. Temos que aprender com os erros, mais vale aprender com os erros dos outros, do que com os nossos próprios erros. É isso que eu quero.”-----

Pediu depois a palavra o Deputado André Carvalho que colocou algumas questões, nos seguintes termos:

“Senhor Presidente, neste relatório, na página 113, dentro da nota 2 que trata as “PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILISTICAS E ERROS”, no ponto “2.1.6. Informação comparativa”, é referido, e passo a citar, “as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pela entidade no exercício de 2022 foram consistentes com os aplicados na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior”.

Ora, estando nós a analisar um relatório referente ao exercício de 2025, esta referência a 2022 suscita uma dúvida objetiva.

Pergunto, por isso:

Estamos perante um lapso de redação, um erro material, ou existe alguma justificação técnica para a referência ao exercício de 2022 num relatório de 2025?

Esta é a primeira questão que coloco neste ponto.

Passando agora ao RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na sua primeira página, no ponto relativo às “Bases para a opinião com reservas”, a ROC apresenta reservas à certificação das contas, referindo que o ativo do município não revela a integridade dos bens, não sendo possível, até à presente data, concluir a inventariação e avaliação do respetivo património.

Neste contexto, é ainda referido que não é possível emitir uma opinião sobre a existência, plenitude, valorização e mensuração dos bens nas rubricas de ativos fixos tangíveis e intangíveis, com referência a 31 de dezembro de 2025, nem quantificar o respetivo impacto no património líquido.

Ou seja, a própria entidade independente de fiscalização assume uma limitação significativa quanto à fiabilidade da informação patrimonial do município.

Por fim, no último ponto “SOBRE O RELATORIO DE GESTÃO”, no último parágrafo, a ROC, acrescenta uma ressalva relevante: “O relatório de gestão não inclui as divulgações previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, e entidade não divulgou as razões para esta insuficiência.”

Ora, a NCP 27 está diretamente ligada à transparência da gestão pública e à forma como os custos são medidos, imputados e reportados.

Dr ✓ ✓
h

Assim sendo, a questão que se coloca é objetiva:

Está o município a produzir e a divulgar de forma completa a informação sobre a sua estrutura de custos e respetiva imputação?

E, se não está, por que razão essa omissão não é justificada no próprio relatório de gestão?

Obrigado!"-----

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu a intervenção e esclareceu nos seguintes termos:

"Ainda bem que leu, porque eu acho que há muita gente que não lê e eu também li e também fiquei um pouco preocupado com o património, e a Dr.ª Paula Lima está cá (e já está a sorrir), porque eu chamei-a e perguntei-lhe, como é que é possível nós não sabermos o nosso Património? Estava presente a ROC e disse "não há nenhum município neste país, que saiba o património que tem, porque há as cedências para o Domínio Público, há uma obra e isso tudo demora o seu tempo a ser registado, e portanto, não há nenhum município", mas nós temos o nosso património cada vez mais inventariado. "E se algum o município disser que tem o património todo inventariado, aí é que está a mentir". Isso foi-me dito pela ROC, portanto, eu aprendi isso, espero também, que o Senhor Arquiteto Morgado tenha aprendido, porque disse no seu comentário, "ora aí está". Eu gosto de aprender todos dias uma coisa e penso que também hoje aprendeu.

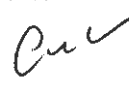
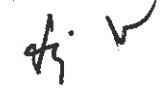
O mesmo se passa em relação à reserva da Polis, que também não temos, porque ainda não foi transferido para o nosso património.

Em relação à outra questão, é técnica, como diz o Senhor Presidente da Assembleia, e eu nem percebi, mas se for preciso, temos aqui a nossa Diretora Financeira que pode responder."-----

Foi dada a palavra à Diretora Financeira ali presente, que prestou todos os esclarecimentos devidos.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 33 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS, DO PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILA CHÃ E DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E, 2 VOTOS CONTRA DA DEPUTADA DO PS E DO DEPUTADO DO CHEGA, APROVAR O RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – ANO DE 2025, DO QUAL FAZEM PARTE OS SEGUINTE DOCUMENTOS: PRESTAÇÃO DE CONTAS 2025 E RESPECTIVOS ANEXOS (CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE, BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA, DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO, MAPA DE EMPRÉSTIMOS, DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL, DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA, DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA, DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP), DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL (PAM), DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI), ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA, ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA, ALTERAÇÕES AO PPI, TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS RECEBIDOS – RECEITA, TRANSFERÊNCIAS E

SUBSÍDIOS CONCEDIDOS – DESPESA, DTAS – DÍVIDAS A TERCEIROS POR ANTIGUIDADE DE SALDOS, OPERAÇÕES DE TESOURARIA, ENCARGOS CONTRATUAIS, SITUAÇÃO DOS CONTRATOS, ADJUDICAÇÕES POR TIPO DE PROCEDIMENTO), BEM COMO, APROVAR A PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.-----

Pela Deputada do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“A apreciação do relatório de gestão e prestação de contas do ano de 2025 aponta uma luz muito negativa para 2 executivos, o anterior do PSD e o atual da Mudança, ambos com apoio parlamentar quase total nesta AM e que continuam a dividir entre si as presidências das juntas também.

Por isso, este é um exercício de justiça salomónica e peço que ambos os grupos se sintam incluídos nesta declaração de voto.

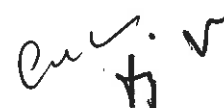
Da análise do documento verifica-se que, entre outros pontos negativos a que voltarei mais à frente:

- os recursos são insuficientes para despesas de manutenção, conservação e gestão do património*
- o relatório refere que no final do ano o município tem dificuldades em cumprir as obrigações de curto prazo*
- que o nível de desempenho na área da habitação ficou nos 60%*
- que o nível de desempenho na área do turismo ficou em 40%, o que é perfeitamente incompreensível numa zona balnear que depende em grande parte desta atividade para a sua sobrevivência económica*
- que o nível de desempenho na área da proteção animal e veterinária ficou em 25%, dando razão a muita gente que acusou a câmara e as autoridades de inação quando falharam na captura de um animal errante de grande porte que infelizmente e ao que tudo indica foi responsável pelo acidente rodoviário que causou a morte ao Rodrigo, de 20 anos, da minha freguesia de Gemeses.*

Note-se ainda que:

- O exercício de 2025 encerrou com um resultado líquido negativo de 4,6 milhões de euros, verificando-se uma queda acentuada face ao lucro de 219 mil euros em 2024.*
- A Polis Litoral Norte é uma situação de "limbo" financeiro extremamente preocupante já que p município admite que existem cerca de 9 milhões de euros em bens e obrigações que não foram contabilizados por “falta de informação”. 9 milhões de euros que não se sabe onde param e que não se usam em saúde, saneamento ou habitação.*
- o município apresenta elevadas dívidas por juros de mora, nomeadamente à SUMA, revelando incapacidade para cobrir obrigações financeiras assumidas previamente. Isto é o equivalente a uma família ter que pagar multas por não conseguir pagar a conta da água.*
- A acrescentar a isto, o endividamento aumentou de 28,68% face a 2024*
- O facto de as Transferências de Capital terem ficado apenas nos 26,16% do previsto pela câmara (7,3 M€ realizados face a 28M€ orçamentados) é um sinal de alerta importante. Uma execução tão baixa indica que o dinheiro esperado não chegou aos cofres do município. Pode ter impacto significativo como, por exemplo, adiar ou cancelar investimentos previstos ou então o aumento do endividamento.*

Quando, em dezembro de 2025, o PS votou contra os documentos previsionais para 2026, alertou que se tratava de um orçamento que não era sustentável, que era expansionista e



despesista, com forte endividamento e sem plano de contingência para riscos decorrentes de incumprimentos ou atrasos. Afirmamos hoje o que afirmamos na altura, não existe rutura, mas continuidade na gestão financeira entre executivos. E não se diga que o atual presidente não conhecia o estado da câmara que herdou, pois ele e outros senhores e senhoras deputados aqui presentes assinaram de cruz as contas e orçamentos do executivo PSD ano atrás de ano. Pelo exposto, o PS vota contra a aprovação do relatório de gestão e prestação de contas.”-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD, foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Votamos favoravelmente os resultados apresentados, porquanto:

Em consequência do resultado eleitoral de outubro 2025, o documento que foi levado a votação desta Assembleia Municipal, reflete o resultado da gestão do município que no ano de 2025 foi repartida entre o executivo anterior liderado pelo PSD e o atual executivo liderado pelo movimento Mudança por Todos.

Do relatório de gestão e prestação de contas apresentado pelo executivo, sobressai um resultado da execução orçamental de 2025, um saldo de gerência positivo de cerca 4,2 milhões de euros.

Em consequência das decisões assumidas pelo atual executivo depois de outubro 2025, do saldo de gerência apurado, apenas, cerca de 2,5 milhões de euros serão integrado no orçamento de 2026, sendo 2 milhões de euros consignados à requalificação da Escola Secundária Henrique Medina e 500 mil euros a integrar o orçamento em diversas rubricas.

Perdem-se por isso, cerca de 1,6 milhões de euros, fruto de uma decisão apressada e desastrosa que o atual executivo tomou ao desistir da construção do novo centro de saúde de Esposende.

Perdeu o município investimento, e perderam as pessoas do concelho melhores cuidados de saúde.

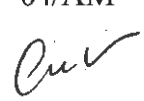
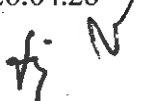
O ano de 2025 foi exigente. Nos primeiros 6 meses do ano foram feitos investimentos importantes nas pessoas, nas freguesias, nas associações e nos serviços municipais, como aconteceu com a substituição integral do sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos. Mas houve também constrangimentos relevantes do lado da despesa, como o aumento dos salários da função pública, as amortizações de obras executadas e processos judiciais antigos que transitaram em julgado, alguns com origem nos anos 90, e que conduziram a um resultado líquido negativo. Uma situação conjuntural que o atual executivo terá de corrigir no ano de 2026.

Mesmo assim, as contas apresentadas demonstram uma gestão responsável, com um resultado da execução orçamental positivo que permitiu manter o equilíbrio orçamental e uma margem de endividamento por utilizar no ano de 2025, de cerca 10 milhões de euros.

Contas, que ainda assim poderiam ser bem diferentes, caso tivesse sido continuada a estratégia de investimento público no concelho, interrompida pelo atual executivo, bem como intensificado o aumento da receita, por via da cobrança de taxas e licenças urbanísticas e do estímulo da economia, algo que não se verificou nos últimos meses do ano de 2025.

Percebemos o embaraço do atual executivo. Não fala, nem valoriza o resultado positivo da execução orçamental para justificar uma narrativa de um buraco financeiro que nunca existiu. O que Esposende precisa agora não é de desculpas. Precisa de rumo.

O atual Executivo já teve tempo para apresentar uma estratégia própria para o concelho: uma estratégia capaz de gerar mais receita, estimular a economia, captar investimento, apoiar as freguesias e continuar a melhorar a qualidade de vida dos Esposendenses.

É tempo deste executivo deixar de procurar justificações no passado do qual quer fugir, mas do qual fez parte.

Agora, é tempo de agir.”-----

Pelo Grupo Político do Movimento Mudança por Todos, foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Esposendenses,

Importa dizer com clareza, para além de qualquer dúvida razoável, que o relatório que hoje analisamos é o retrato de um ano que não foi governado por este executivo. Tomou posse a 31 de outubro de 2025.

As decisões, os números e os resultados que aqui estão pertencem ao executivo que do PSD.

E aquilo que os números mostram é inequívoco.

Resultado Líquido do Exercício Negativo de 4,6 milhões de euros, quando no ano anterior era positivo em cerca de 219 mil euros.

A dívida total do Município aumentou em cerca de 2,1 milhões de euros, passando para valores próximos dos 9,7 milhões.

Mais preocupante ainda: essa subida não resulta de investimento estruturado, mas sobretudo do aumento do passivo de curto prazo, ou seja, da dívida a fornecedores.

E aqui entramos num dos pontos mais graves deste relatório.

A dívida a fornecedores mais do que duplicou num único ano, ultrapassando os 4 milhões de euros.

Na prática, o Município passou a financiar-se à custa das empresas.

E passou a pagar tarde, muito tarde, com prazos na ordem dos 120 dias.

Isto tem consequências reais:

A posição de tesouraria deteriorou-se de forma significativa.

A liquidez imediata caiu para cerca de 70%, quando no ano anterior estava acima dos 100%.

Traduzindo: o Município deixou de ter capacidade para responder com conforto aos seus compromissos de curto prazo.

E quando olhamos para o investimento, percebemos melhor a dimensão do problema.

Foi previsto um Plano Plurianual de Investimentos de mais de 25 milhões de euros.

Foram executados apenas cerca de 9,5 milhões.

Ou seja: quase 16 milhões de euros de investimento ficaram por fazer.

Uma taxa de execução de apenas 37%.

Este é, talvez, o dado politicamente mais revelador: prometeu-se investimento, mas não se concretizou.

Senhoras e Senhores Deputados,

Aquilo que este relatório também nos mostra é que a situação financeira herdada limita, inevitavelmente, a margem de atuação do atual executivo.

Há faturas por regularizar. Há compromissos assumidos que têm de ser honrados.

Há empréstimos por executar que vão pressionar o serviço de dívida nos próximos anos.

Nada disto resulta de opções deste executivo. Resulta da forma como o Município foi gerido até outubro de 2025.

Este relatório confirma que o Município chegou ao final de 2025 com:

- *mais dívida,*

Qu ✓ ✓
h

- *menos liquidez,*
- *mais compromissos por pagar,*
- *e menos investimento executado do que aquilo que foi prometido.*

Isto não é um acaso.

É o resultado de opções políticas.

E foi precisamente por isso que, em outubro de 2025, os esposendenses escolheram mudar.”---

03.02 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA – INTEGRAÇÃO DE SALDO DE GERÊNCIA DE 2025, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 20 de abril de 2026, foi presente na sessão, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para aprovação, a Alteração Orçamental Modificativa, por incorporação do saldo de gerência, no Orçamento da Receita: reforço de 2.531.108, 80€; 2 031 605,21€ - receita consignada “Reconstrução e Ampliação da Escola Secundária Henrique Medina - 2ª fase” e 499 503,59 € - conforme mapas anexos à proposta, no Orçamento da Despesa: reforço de 2.531.108, 80€; 2 031 605,21€ - consignada “Reconstrução e Ampliação da Escola Secundária Henrique Medina - 2ª fase” e 499 503,59 € - ajustamento de outras despesas do mapa de Grandes Opções do Plano (Plano de Atividades Municipais + Plano Plurianual de Investimentos), conforme mapas anexos à proposta. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

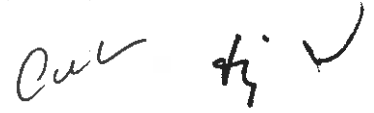
A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 34 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS, DO PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILA CHÃ, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DO DEPUTADO DO CHEGA, E 1 ABSTENÇÃO DA DEPUTADA DO PS, APROVAR A ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, POR INCORPORAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA DE 2025.-----

NO ORÇAMENTO DA RECEITA: REFORÇO DE 2.531.108, 80€;

2 031 605,21€ - RECEITA CONSIGNADA “RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA HENRIQUE MEDINA - 2ª FASE” E 499 503,59 € - CONFORME MAPAS ANEXOS À PROPOSTA.-----

NO ORÇAMENTO DA DESPESA: REFORÇO DE 2.531.108, 80€;

2 031 605,21€ - CONSIGNADA “RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA HENRIQUE MEDINA - 2ª FASE” E 499 503,59 € - AJUSTAMENTO DE OUTRAS DESPESAS DO MAPA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS + PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS), CONFORME MAPAS ANEXOS À PROPOSTA.-----



03.03 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ €3.078.602,01, JUNTO DA INSTITUIÇÃO BANCO MONTEPIO, PARA FINANCIAMENTO DA CONTRAPARTIDA NACIONAL DO INVESTIMENTO “PARQUE DA CIDADE”, PARA EFEITOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 22º (REPARTIÇÃO DE ENCARGOS) DO DECRETO-LEI Nº 197/99, DE 8 DE JUNHO, NA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 6 (COMPROMISSOS PLURIANUAIS) DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, DO ARTIGO 49º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO E ALÍNEA F) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 09 de abril de 2026, foi presente na sessão, para aprovação, o empréstimo até 3.078.602,01€ junto da instituição Banco Montepio, para efeitos do disposto no artigo 22º (Repartição de Encargos) do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, na alínea c) do nº 1 do artigo 6 (Compromissos Plurianuais) da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, do artigo 49º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e alínea f) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 34 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS, DO PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILA CHÃ, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DO DEPUTADO DO CHEGA, E 1 VOTO CONTRA DA DEPUTADA DO PS, AUTORIZAR A CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 3.078.602,01€ JUNTO DA INSTITUIÇÃO BANCO MONTEPIO, PARA EFEITOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 22º (REPARTIÇÃO DE ENCARGOS) DO DECRETO-LEI Nº 197/99, DE 8 DE JUNHO, NA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 6º (COMPROMISSOS PLURIANUAIS) DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, DO ARTIGO 49º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO E ALÍNEA F) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS.-----

Pela Deputada do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Estivemos agora mesmo a deliberar sobre as contas do município. Se subtrairmos o défice de 2025 (871.505,27 €) à variação negativa do saldo de gerência (3.945.729,71 €), obtemos o montante de 3.074.224,44 €. Ou seja, em termos de saldo de gerência, o município apresenta um buraco de pouco mais de 3 milhões de euros.

E mesmo assim, o município quer contrair novas dívidas. E que grande coincidência de valores: 3 milhões de buraco financeiro; 3 milhões que se pedem agora ao Montepio! Mas

Qu ✓ ✓ *h*

nem queremos sugerir que uma coisa serve para tapar a outra, era o que faltava. Isso seria absolutamente censurável!

Mas, isso sim, é uma grande inconsequência assumir-se mais dívida quando há buracos financeiros, quando já se pagam juros de mora por outros serviços e se revelam dificuldades a fazer face a encargos de curto prazo. Por isto votamos contra.

Também votamos contra pois, dada a natureza dos materiais usados na construção do parque e a expectável degradação natural dos mesmos naquela zona, como acontece com passadiços e outros elementos de apoio dunares ou em leito de rio, é muito provável que tenham de acontecer obras de manutenção e reparação quando ainda está a ser pago o empréstimo para o investimento no Parque da Cidade. Ou seja, o empréstimo, a existir, deveria ser bem mais curto, eventualmente até um máximo de 10 anos.

E ainda votamos contra pois, com o período de carência de 3 anos assumido, tal significará que o empréstimo só será pago pelo próximo executivo, que será certamente do PS - e este é um encargo que não pretendemos herdar.”-----

03.04 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÃO À ESTRUTURA INTERNA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA K) DO Nº 2 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 20 de abril de 2026, foi presente na sessão para aprovação, a proposta da Câmara Municipal de Alteração à Estrutura Interna dos Serviços Municipais do Município de Esposende, por via de reestruturação dos serviços. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta, tendo a Deputada Rita Tinoco Faria colocado algumas questões nos seguintes termos:

“Muito obrigada, são perguntas breves, curtas, rápidas e sintéticas.

Qual o número previsto de cargos de direção?

Como vão ser nomeados e remunerados?

Considerando que, por exemplo, no Relatório de Gestão e Prestação de Contas que estivemos a ver antes, está indicado expressamente que não temos neste momento constituída uma Comissão de Segurança e Saúde no Trabalho, pergunto se, se prevê agora a criação dessa Comissão, com representantes dos trabalhadores?

Se já foram ou quando vão ser, os funcionários informados das alterações agora apresentadas.

E quando se espera que as alterações estejam terminadas e os serviços totalmente adaptados?

Muito obrigada.”-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu, nos seguintes termos:

“Os funcionários foram informados e foram envolvidos, aliás, temos tido uma postura de reuniões e comunicação a todos os funcionários, da reorganização.

Quanto à nomeação, nós temos 16 divisões, não quer dizer que todas irão ser ocupadas neste

Cur ✓ *tg* ✓

momento, aliás, só estão ocupadas 6 ou 7; são remunerados de acordo com a tabela, que é pública e depois, como são nomeados, alguns são de confiança política, são nomeadas por nomeação, a maior parte das vezes, outros serão por concurso, conforme as necessidades e as necessidades da Câmara/Município.

O que nós queremos implementar são aquelas que são prioritárias, que são a contratação pública, o aprovisionamento, a divisão administrativa e de recursos humanos e passar o património para a parte financeira e o notariado para a parte jurídica.

Em relação à Comissão de Segurança e Saúde no Trabalho, temos essas funções asseguradas.”-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 33 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS, DO PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILA CHÃ E DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E, 2 ABSTENÇÕES DA DEPUTADA DO PS E DO DEPUTADO DO CHEGA, APROVAR A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À ESTRUTURA ORGÂNICA INTERNA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS, POR VIA DE REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS, AO ABRIGO DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO E NOS TERMOS DO DECRETO-LEI N.º 200/2006, DE 25 DE OUTUBRO, NOS SEGUINTE TERMOS:

A. MANTER O MODELO DE ORGANIZAÇÃO INTERNA – ESTRUTURA HIERARQUIZADA, CONSTITUÍDA POR UNIDADES ORGÂNICAS NUCLEARES E FLEXÍVEIS;

B. MANTER A ESTRUTURA NUCLEAR COM 2 (DOIS) DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS:

I. DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E PROJETO;

II. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIAS, INFRAESTRUTURAS, QUALIDADE E SUSTENTABILIDADE;

C. PROPOR NÚMERO DE UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS DIRIGIDAS POR TITULARES DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU EM 16 (DEZASSEIS) E EM 7 (SETE) AS UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS DIRIGIDAS POR TITULARES DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU;

D. QUE, NOS TERMOS DO ARTIGO 24.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29/08, AOS TITULARES DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1.º E 2.º GRAU, SEJA MANTIDO O ABONO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO NO MONTANTE FIXADO PARA O PESSOAL DIRIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL, ATRAVÉS DO DESPACHO CONJUNTO A QUE SE REFERE O N.º 2 DO ARTIGO 31.º DA LEI N.º 2/2004, DE 15/01, NA REDAÇÃO ATUAL, SENDO-LHES IGUALMENTE APLICÁVEIS AS CORRESPONDENTES ATUALIZAÇÕES ANUAIS.

E. PROCEDER À REGULAMENTAÇÃO E DEFINIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS, ÁREA, REQUISITOS DE RECRUTAMENTO, PERÍODO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU, NOS TERMOS DO ANEXO I E REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE ESPOSENDE.-----

MAIS DELIBEROU, APROVAR, AS RESPECTIVAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS,

CONFORME PROPOSTA DE REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE ESPOSENDE CONSTANTE DO ANEXO À PROPOSTA.-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD, foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:
“Votamos favoravelmente a proposta na medida em que, em coerência com o que tem sido a nossa posição, entendemos ser legítimo que o atual executivo adapta a organização e funcionamento interno da Câmara Municipal A sua gestão. Contudo, esperamos que desta organização não derive um aumento dos custos com o pessoal, quer por contratações e prestações de serviços ou fruto da criação de novas chefias. A reorganização interna não deve servir para cumprir promessas eleitorais. E por isso estaremos atentos para que, se assim for, denunciar essa estratégia política.”-----

03.05 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RETIFICAÇÃO DO ARTIGO 19º DO CAPÍTULO IV – GESTÃO DE ESPAÇO PÚBLICO, NÚMERO DE ORDEM 273 A 279, DA TABELA DE TAXAS, LICENÇAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS DO REGULAMENTO DE COBRANÇA E TABELA DE TAXAS, LICENÇAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS.-----

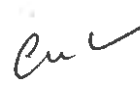
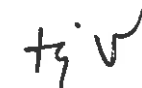
De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 20 de abril de 2026, foi presente na sessão para aprovação, a proposta da Câmara Municipal para retificação do artigo 19º do Capítulo IV – Gestão de Espaço Público, número de ordem 273 a 279, da Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais do Regulamento de Cobrança e Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 33 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS, DO PRESIDENTE DE JÚNTA DA FREGUESIA DE VILA CHÃ E DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E, 2 VOTOS CONTRA DA DEPUTADA DO PS E DO DEPUTADO DO CHEGA, APROVAR A RETIFICAÇÃO DO ARTIGO 19º DO CAPÍTULO IV – GESTÃO DE ESPAÇO PÚBLICO, NÚMERO DE ORDEM 273 A 279, DA TABELA DE TAXAS, LICENÇAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS DO REGULAMENTO DE COBRANÇA E TABELA DE TAXAS, LICENÇAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, NOS TERMOS PROPOSTOS.-----

Pela Deputada do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:
*“A Câmara indica que por erro grosseiro não transpôs para o edital uma parte do art. 19º da tabela de taxas que identifica no seu pedido e pede, por isso, que a Assembleia Municipal aprove a sua proposta de retificação.
Ora, a Câmara deve submeter à Assembleia projetos de regulamento (al. k) do art. 33º da Lei*

75/2013) e não propostas de correção de erros grosseiros.

Se aqueles valores já foram aprovados (e isso não sabemos porque não foi enviada a deliberação correspondente), não tem este assunto de vir à assembleia novamente. Ao trazer-se aqui, quer parecer que na verdade não tinha havido aprovação sobre a matéria e esta é uma forma do executivo pedir a aprovação de valores de estacionamento tentando evitar um "levantamento de rancho" por parte da população já que, como se sabe, os residentes são bastante avessos à perspectiva de terem que pagar por estacionar os seus carros nas vias do concelho.

Pela desnecessidade do pedido, o PS vota contra a retificação."-----

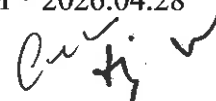
03.06 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 2.188,00 M², SITA NA TRAV. FONTE DA SENHORA, NA FREGUESIA DE APÚLIA, COM VISTA À SUA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, COMO TERRENO PARA CONSTRUÇÃO URBANA, DESIGNADAMENTE EQUIPAMENTOS, NOS TERMOS DA ALÍNEA Q) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 09 de abril de 2026, foi presente na sessão para aprovação, a proposta da Câmara Municipal para Desafetação do Domínio Público Municipal da parcela de terreno, com a área de 2.188,00 m², sita na Trav. Fonte da Senhora, na Freguesia de Apúlia, a confrontar de norte com Herdeiros de António Sá Solinho e outros, de nascente com Herdeiros de Gabriel Pires Fernandes Eiras e outros, de sul com Fausto dos Santos Miranda e de poente com a Travessa Fonte da Senhora, e subsequente integração no Domínio Privado do Município de Esposende, como terreno para construção urbana, designadamente equipamentos, nos termos apresentados na proposta. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta, tendo a Deputada Rita Tinoco Faria colocado algumas questões, às quais o Senhor Presidente da Câmara respondeu prontamente.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, DA PARCELA DE TERRENO DESCRITA NA PROPOSTA, COM A ÁREA DE 2.188,00 M², SITA NA TRAV. FONTE DA SENHORA, NA FREGUESIA DE APÚLIA, COM VISTA À SUA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, COMO TERRENO PARA CONSTRUÇÃO URBANA, DESIGNADAMENTE EQUIPAMENTOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA.-----



03.07 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E DE FINANCIAMENTO ENTRE A CIM DO CÁVADO E OS MUNICÍPIOS (TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS 2028/2034) E DA ASSUNÇÃO DOS ENCARGOS PLURIANUAIS, NOS TERMOS DA ALÍNEA K) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 09 de abril de 2026, foi presente na sessão para aprovação, a proposta da Câmara Municipal para autorização da Celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Financiamento entre a CIM do Cávado e os Municípios, bem como, da Assunção dos Compromissos Financeiros Plurianuais para o período de 2028-2034. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta, tendo o Deputado André Carvalho colocado algumas questões, nos seguintes termos:

“Antes de mais, queremos deixar claro que reconhecemos a importância desta matéria. O transporte público é essencial para a mobilidade da população, para a coesão territorial e para o desenvolvimento do concelho.

Contudo, ao analisar os valores apresentados, surgem dúvidas que consideramos legítimas. Tomando como referência os valores indicados para 2025, e comparando com os montantes previstos para os anos seguintes, verificamos uma evolução muito significativa:

- Um aumento na ordem dos 94% até 2028;*
- E um aumento acumulado que poderá atingir cerca de 176% até 2034.*

Estamos a falar de um crescimento muito expressivo.

Mesmo considerando fatores como inflação, atualização contratual ou melhoria do serviço, estes valores levantam uma questão fundamental:

Qual é a fundamentação concreta para esta evolução tão acentuada dos custos?

Há ainda um outro aspeto que importa referir.

Estamos perante um compromisso que se estende até 2034, ou seja, um horizonte temporal longo, que atravessa vários ciclos autárquicos e vincula não apenas o atual executivo, mas também futuros órgãos municipais.

E, por isso, essa decisão deve ser ainda mais ponderada, sustentada e transparente.

Não está em causa a necessidade do serviço. Está em causa a proporcionalidade, a fundamentação e a responsabilidade de assumir compromissos financeiros desta dimensão a longo prazo.

Muito obrigado.”-----

O Senhor Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos devidos, nos seguintes termos:

“Eu posso responder e depois se houver alguma dúvida, está cá o Engenheiro Tiago Ferreira que pode esclarecer melhor.

Quando se fala em aumento de 90 %, isso é relativo. Nós estamos a falar, neste momento nós estamos a pagar vinte e cinco mil euros por ano, para este transporte, vai haver aumento da



oferta, também há aumento dos custos, também há aumento da mão de obra e dos combustíveis.

Passaremos a pagar no primeiro ano de 2028, quarenta e quatro mil euros e chegaremos a 2034, penso que com sessenta e seis mil euros, mas é preciso ver, não olhar só para a árvore, tem que se olhar para a floresta.

No ano 2028, que é quando começa, os municípios no seu conjunto, todos da CIM Cávado menos Braga, que não faz parte, pagam quatrocentos e sessenta e dois mil euros, para esta Comunidade de transportes.

O Estado, através do programa incentiva mais transportes, paga oito milhões oitocentos e setenta e nove euros, num ano, e os tarifários serão dez milhões, portanto, a tarifa é comparticipada em 50%.

Quando se fala de um aumento de 90%, claro que isso choca, mas é um aumento relativo, como eu percebo pouco de contabilidade e de estatística, eu gosto dos números crus e então o aumento foi de vinte e cinco mil euros para quarenta e quatro mil euros. Não estamos a falar de um aumento de, como foi no caso do lixo, que foi apenas 50 % ou 100 %, mas aumentou um milhão e meio, aqui é diferente. Portanto, na verdade, o encargo financeiro dos municípios é muito pequeno, mas está aqui o engenheiro Tiago Ferreira, que está à disposição para esclarecer algumas destas situações.

Eu presumo que tenham lido também, que tenham visto as rotas, este programa permite, ao contrário do anterior, permite negociar quilómetros.”-----

De seguida, e depois de devidamente autorizado pelo Presidente da Mesa da Assembleia, usou da palavra o Senhor Engenheiro Tiago Ferreira para enumerar as vantagens deste contrato interadministrativo.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 34 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS, DO PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILA CHÃ, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DO DEPUTADO DO CHEGA, E 1 VOTO CONTRA DA DEPUTADA DO PS, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E DE FINANCIAMENTO ENTRE A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO E OS MUNICÍPIOS, NOS TERMOS PROPOSTOS.-----

MAIS DELIBEROU, APROVAR A ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS FINANCEIROS PLURIANUAIS PARA O PERÍODO 2028-2034, CONFORME DISCRIMINADO NO QUADRO DE ENCARGOS APRESENTADO NA PROPOSTA.-----

Pela Deputada do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Em 30 outubro, pouco antes de tomar posse, numa entrevista à Lusa, o Sr. Presidente da Câmara informou que a mobilidade seria uma das suas prioridades e prometeu até insistir na “ideia antiga” de fazer chegar ao concelho o metro que atualmente termina na Póvoa do Varzim...

Dizia então: “Ou apostamos na mobilidade ou ficamos numa ilha”, que era preciso pensar

nas ligações com os municípios vizinhos.

E que queria “melhorar a mobilidade dentro do próprio concelho de Esposende, reforçando os transportes públicos” - de novo palavras do Sr. Presidente da Câmara.

Ora, o que estão a pedir que a Assembleia Municipal aprove sugere que deixou de querer o que afinal queria tão ardentemente. Acontece com as paixões de verão, como as que nasceram provavelmente da campanha eleitoral no Verão passado.

Vejamos o que está aqui a ser assinado:

Este é um documento com eficácia até 2034 (!) no qual a CM Esposende transfere para a CIM Cávado a capacidade de Planeamento, de operação e de fiscalização dos transportes públicos do Concelho. Ou seja, a Câmara recusa-se a planear as rotas e horários e passa essa responsabilidade para a CIM Cávado.

A última reunião importante de apresentação da Rede de Esposende aconteceu a 14 abril de 2025 com o Dr. Sérgio Mano, na altura Vereador do presidente Guilherme Emílio e hoje Chefe de Gabinete de Apoio ao Presidente Carlos Silva. Ou seja, a visão deste plano que deve vigorar até 2034 é a do executivo do PSD que o atual presidente apoiou até 2025 e passou a criticar desde então.

Mas o problema não é só a inconsistência de posições do Sr. Presidente. Pois as propostas aqui apresentadas mantêm uma mobilidade urbana má na sua cobertura e nos horários e que não serve os interesses dos esposendenses. E não se pode entender que os Srs. Presidentes de junta aqui presentes, possam aceitar solução tão fraca para os seus fregueses.

A título de exemplo:

A Linha 107 Braga- Apúlia (Praia): no Período de Verão nos Dias úteis, só oferece transporte às 8.30H manhã. De tarde, nada. E o regresso da Apúlia é às 18h17m e depois logo a seguir às 18h23m (6 min diferença entre carreiras e não tem mais nenhum horário depois)

A Linha 124 Viana do Castelo-Porto só tem 4 horários nos dias úteis de Esposende para Porto; a última viagem de ida é às 17h15 e, portanto, quem trabalha em Esposende e mora no Porto, como o caso de professores deslocados, não tem ligação pós-laboral.

A última ligação do Porto para Esposende é às 18h30m do Pólo Universitário perto do Hospital, o que não serve nem estudantes (por exemplo, universitários) nem trabalhadores que terminem pelas 18h e tenham que vir de outras áreas da cidade.

Estes são apenas exemplos.

O Partido Socialista termina utilizando as palavras do Sr. Presidente de Câmara: na referida entrevista: era precisa outra solução que não esta para “melhorar a mobilidade dentro do próprio concelho de Esposende, reforçando os transportes públicos”!

Pelo exposto, o PS vota contra.”-----

03.08 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA RIO NEIVA – ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO AMBIENTE, AO ABRIGO DA ALÍNEA K) DO Nº 2 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 05 de março de 2026, foi presente na sessão para aprovação, a proposta da Câmara Municipal para Reconhecimento do Interesse Público Municipal da “Rio Neiva – Associação de Defesa do Ambiente”, atendendo ao mérito excecional da sua atividade e ao impacto positivo das suas ações no território de Esposende, bem como, validar a conformidade da

cu ✓ *ti* ✓

atuação da Associação com os Planos Estratégicos Municipais para o Ambiente e Sustentabilidade. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, E ASSIM, RECONHECER E DECLARAR O INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA “RIO NEIVA – ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO AMBIENTE”, ATENDENDO AO MÉRITO EXCECIONAL DA SUA ATIVIDADE E AO IMPACTO POSITIVO DAS SUAS AÇÕES NO TERRITÓRIO DE ESPOSENDE, BEM COMO, VALIDAR A CONFORMIDADE DA ATUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COM OS PLANOS ESTRATÉGICOS MUNICIPAIS PARA O AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE.-----

03.09 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA, AO ABRIGO DO DL Nº 57/2019, DE 30 DE ABRIL.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 20 de abril de 2026, foi presente na sessão para aprovação, a proposta da Câmara Municipal de Transferência de Competências do Município de Esposende para as Freguesias do Concelho nos domínios da Gestão e Manutenção de Espaços Verdes; Limpeza das Vias e Espaços Públicos, Sarjetas e Sumidouros; Manutenção, Reparação e Substituição do Mobiliário Urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão; Gestão e Manutenção corrente de Feiras e Mercados; Realização de pequenas reparações nos Estabelecimentos de Educação Pré-escolar e do Primeiro Ciclo do Ensino Básico; e Manutenção dos Espaços Envolventes dos Estabelecimentos de Educação Pré-escolar e do Primeiro Ciclo do Ensino, com efeitos a 1 de janeiro de 2026, condicionada à outorga dos Autos de Transferência, que determinarão o término de vigência dos Acordos de Execução celebrados ao abrigo dos artigos 132º a 136º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, ao abrigo do disposto no número 3 do artigo 41º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta, tendo a Deputada Rita Tinoco Faria colocado algumas questões, nos seguintes termos:

“Muito obrigada, são também perguntas breves e curtas, um pouco para densificar a proposta que nos é apresentada.

Primeira pergunta, estão a ser previstas formas de fiscalização do cumprimento destas obrigações? Portanto, os fundos são transferidos para determinadas funções ou obrigações?

Como é que se faz a fiscalização de que realmente estão a ser usados para o fim que devem, para evitar, obviamente, que possam esses fundos ser usados para fins não previstos, ou mesmo indevidos.

Não se prevendo aqui a contratação de funcionários para as juntas, está claro na minuta, imagino que possa haver necessidade de colaboradores ocasionais para tarefas de limpeza, etc, reparações pontuais, pergunto, como está a ser considerada a remuneração destas pessoas e eventualmente, se não estamos aqui a potenciar o risco do trabalho informal e precário.

E terceira pergunta, seguros por acidentes de trabalho também para estes colaboradores ocasionais, estou a imaginar limpezas de telhados, cortes de árvores, etc, qual é a situação dos seguros destas pessoas?

Muito obrigada."-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu nos seguintes termos:

"Estas competências são um alargamento de competências que já existem. Os trabalhadores são exatamente iguais aos outros, enquadrados na lei laboral. Não vejo o porquê desta questão. Serão funcionários da junta, pode haver prestadores de serviços como havia antes, tudo se mantém na mesma, só que neste momento, as freguesias têm maior autonomia, apenas isso."-----

Colocado o assunto a votação:

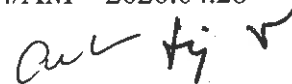
A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE PARA AS FREGUESIAS DO CONCELHO NOS DOMÍNIOS DA GESTÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES; LIMPEZA DAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARJETAS E SUMIDOUROS; MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DO MOBILIÁRIO URBANO INSTALADO NO ESPAÇO PÚBLICO, COM EXCEÇÃO DAQUELE QUE SEJA OBJETO DE CONCESSÃO; GESTÃO E MANUTENÇÃO CORRENTE DE FEIRAS E MERCADOS; REALIZAÇÃO DE PEQUENAS REPARAÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO PRIMEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO; E MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS ENVOLVENTES DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO PRIMEIRO CICLO DO ENSINO.-----

MAIS DELIBEROU, QUE A PRESENTE DELIBERAÇÃO PRODUZA EFEITOS A 1 DE JANEIRO DE 2026, CONDICIONADA À OUTORGA DOS AUTOS DE TRANSFERÊNCIA, QUE DETERMINARÃO O TÉRMINO DE VIGÊNCIA DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO CELEBRADOS AO ABRIGO DOS ARTIGOS 132º A 136º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO NÚMERO 3 DO ARTIGO 41º DA LEI Nº 50/2018, DE 16 DE AGOSTO.-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD, foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"Votamos favoravelmente a proposta, até porque foi o anterior executivo que deu início a este processo de transferência de competências para as freguesias.

Um processo que ficou de ser revisitado aquando da conclusão do processo de desagregação das freguesias, só conseguido pelo empenho e determinação do anterior executivo.



O constante apoio às freguesias foi sempre marca identitária dos executivos liderados pelo PSD, pelo que a manutenção desta preocupação merecerá sempre a nossa concordância. Referimos, contudo, que nos levanta dúvida a justiça dos valores apresentados. Nomeadamente relativamente à freguesia de Esposende, onde 20 mil euros é manifestamente pouco, para as competências que se pretendem transferir para a junta de freguesia.

Por muito que o município e a Esposende ambiente possam intervir na freguesia, há competências, que a relação de proximidade da junta de freguesia com as pessoas deve privilegiar, pelo que o valor para a sua concretização é manifestamente reduzido, o que não se compreende.

Esperamos ainda que a pretexto dos montantes agora propostos atribuir às juntas de freguesias, não haja diferenciação negativa para nenhuma das juntas do concelho e que impere a equidade nos apoios que possam vir a ser atribuídos a título extraordinário.”-----

03.10 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CELEBRAÇÃO DE ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA EXECUÇÃO DE PROJETOS EDUCATIVOS E CULTURAIS PARA O ANO DE 2026, COM A ZENDENSINO – COOPERATIVA, I.P.R.L., BEM COMO AUTORIZAÇÃO DA OUTORGA DA MESMA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 20 de abril de 2026, foi presente na sessão para aprovação, a proposta da Câmara Municipal para a celebração de Adenda ao Contrato-Programa para a Prestação de Serviços na Execução de projetos Educativos e Culturais para o ano de 2026, com a Zendensino – Cooperativa, I.P.R.L, bem como, autorização da outorga da mesma, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta, tendo o Deputado André Carvalho colocado algumas questões, nos seguintes termos:

“Na página 6, 7 e 9, pontos 6, 5 e 5 respetivamente às páginas mencionadas, é referido um Apoio aos alunos oriundos do município de São Domingos (Cabo Verde), nomeadamente através da comparticipação financeira para despesas de alojamento na Pousada da Juventude de Ofir, com o objetivo de promover a sua integração e sucesso no ensino profissional.

Importa dizer que compreendemos o espírito desta medida, nomeadamente no âmbito da cooperação institucional e das relações de geminação.

No entanto, esta situação levanta uma questão de princípio que gostaria de ver clarificada.

Pergunto, por isso, ao Senhor Presidente:

O Município de Esposende possui outras geminações ou protocolos de cooperação com outros municípios ou territórios que não estejam aqui refletidos?

E, caso existam, por que razão não são igualmente contemplados neste tipo de medidas?

Esta questão é relevante porque estamos perante uma medida dirigida a um grupo específico, o que, embora possa ser entendido como discriminação positiva, levanta naturalmente a necessidade de garantir critérios de equidade e transparência na aplicação de apoios públicos.



Assim sendo, importa perceber se estamos perante uma situação isolada, devidamente enquadrada numa relação institucional específica, ou se existe um conjunto mais alargado de parcerias que não está aqui refletido.
Muito obrigado.-----

O Senhor Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos devidos, nos seguintes termos:
“Obrigado pela questão.

Nós temos outra, uma geminação também com Ozoir, mas presumo que nunca fizeram uma proposta de querer mandar para cá alunos.

Penso que têm lá as condições todas para fazer a sua formação.

Como sabe, São Domingos é um município de Cabo Verde, que é um país africano e insular e que tem deficiências na educação. E nós temos responsabilidades também históricas, perante aquele país. Mas só para terem a ideia de quanto é que estamos a falar, estamos a falar no ano 2025-2026, em dez mil, duzentos e oitenta euros. E no ano 2026-2027, cinco mil, cento e vinte e cinco euros. Portanto, a nossa taxa de esforço, é muito pequena, comparada com a responsabilidade que temos para com eles. Mas os critérios são iguais, se houver algum de Ozoir que queira vir para cá fazer o protocolo, teremos todo o gosto, mas não acredito que queiram vir. Só temos essas duas.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 34 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS, DO PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILA CHÃ, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DO DEPUTADO DO CHEGA, E 1 ABSTENÇÃO DA DEPUTADA DO PS, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CELEBRAÇÃO DE ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA, TENDO EM VISTA O ALARGAMENTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE PROJETOS EDUCATIVOS E CULTURAIS PARA O ANO DE 2026, COM A ZENDENSINO – COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, BEM COMO, AUTORIZAR A OUTORGA DA MESMA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

03.11 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA ESPOSENDE AMBIENTE, EM, NOS TERMOS DO Nº 3 DO ARTIGO 26º DA LEI 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 09 de abril de 2026, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal designe a Sociedade Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Maria Manuela Alves Malheiro, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 916, a qual exercerá as funções de Fiscal Único Efetivo, da EAmb – Esposende Ambiente, EM – Sociedade Unipessoal, Lda., para o quadriénio 2025-2029, bem como, para Fiscal Único Suplente, a Revisora Oficial de Contas Sónia Marisa Gonçalves de Jesus Mougá, inscrita na mesma Ordem sob o nº 2094. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante

Out 43 ✓

e que aqui se dá como transcrita.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 34 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS, DO PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILA CHÃ, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DO DEPUTADO DO CHEGA, E 1 ABSTENÇÃO DA DEPUTADA DO PS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, DESIGNAR COMO FISCAL ÚNICO EFETIVO DA EAMB – ESPOSENDE AMBIENTE, EM – SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA., A SOCIEDADE JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, REPRESENTADA POR MARIA MANUELA ALVES MALHEIRO, INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O Nº 916, PARA O QUADRIÉNIO 2025-2029, BEM COMO, PARA FISCAL ÚNICO SUPLENTE, A REVISORA OFICIAL DE CONTAS SÓNIA MARISA GONÇALVES DE JESUS MOUGA, INSCRITA NA MESMA ORDEM SOB O Nº 2094.----

03.12 - PARA CONHECIMENTO:

03.12.01 – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO NO ANO DE 2025, NOS TERMOS DA ALÍNEA H) DO Nº 2 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, CONJUGADO COM O Nº 2 DO ARTIGO 10º DA LEI Nº 24/98, DE 26 DE MAIO. --

03.12.02 – RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO DE INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA ANUAL DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – A 31 DE DEZEMBRO DE 2025, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO Nº 2 DO ARTIGO 77º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, REPUBLICADA PELA LEI 51/2018, DE 16 DE AGOSTO.-----

03.12.03 - RELATÓRIOS E INFORMAÇÕES DAS EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO E DO ARTIGO 54º DO DECRETO-LEI Nº 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO:

. EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM:
- RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2025.-----

. ESPOSENDE 2000 – ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, EM:
- RELATÓRIO E CONTAS REFERENTES AO ANO DE 2025.-----
- RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO.-----
- RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA 2025.----

**- RELATÓRIO DO NÚMERO DE TRABALHADORES DESAGREGADO
POR MODALIDADE DE VINCULAÇÃO - 2025.-----**

De harmonia com as deliberações tomadas pela Câmara Municipal, foram presentes na sessão, para conhecimento, Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição no ano de 2025, Relatório do Auditor Externo de informação sobre a situação económica e financeira anual do Município de Esposende a 31 de dezembro de 2025, Relatório e Contas do exercício de 2025 da empresa municipal EAmb - Esposende Ambiente, EM, bem como, Relatório e Contas do exercício de 2025, Relatório de Boas Práticas de Governo Societário, Relatório de execução do Contrato-Programa 2025 e Relatório do número de trabalhadores desagregado por modalidade de vinculação - 2025, da empresa municipal Esposende 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas, EM. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.-----

---Sendo 00 horas e 25 minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.-----

O Presidente da Assembleia,


O Primeiro Secretário,
A Segunda Secretária,